

Estudo Técnico

A Vigilância Socioassistencial nos municípios do Paraná

**Censo SUAS 2012 e 2013
PMAS 2014-2017**

Nº 02

Curitiba, PR. Julho de 2015

**Secretaria de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social**



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Elaboração e Organização:

Coordenação da Gestão do SUAS - CGS

Tatiana Possa Schafachek - Coordenadora

Elaboração¹:

Tatiani Macarini – Assistente Social / Vigilância Socioassistencial - CGS

Colaboração:

Andriele Caroline de Lima Litenski / Psicóloga - Residente Técnica - CGS

¹ Incluindo cálculos, criação de gráficos, tabelas, capa e diagramação.
Este documento foi concluído em janeiro de 2015.

Sumário

Finalidade	04
A Vigilância Socioassistencial	04
A Vigilância Socioassistencial no Paraná, segundo o Censo SUAS	05
Metodologia Utilizada	06
Bloco 1 – Identificação	09
Porte dos 399 Municípios do PR	09
Porte dos municípios que preencheram o Censo SUAS – Gestão Municipal	09
A Vigilância Socioassistencial, distribuída por Porte dos Municípios	09
Preenchimento do Censo SUAS	10
Bloco 2 – Estrutura Administrativa	11
Caracterização do órgão gestor da assistência social	11
Secretaria ou setor de subordinação da assistência social	12
Subdivisão administrativa	12
Bloco 3 – Vigilância Socioassistencial	13
Diretriz do órgão gestor em relação ao Prontuário SUAS	13
Motivo da não utilização do Prontuário SUAS	13
Capacitação para implantação do Prontuário SUAS	14
Capacitação em Vigilância Socioassistencial	14
Atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial	14
Municípios que não desenvolvem atividades de Vigilância Socioassistencial	15
Profissionais exclusivos da Vigilância Socioassistencial	16
Formalização da área de vigilância socioassistencial e Equipe	16
Profissionais exclusivos por escolaridade e número de municípios	16
Representante da Vigilância Socioassistencial no município	17
Funções da Assistência Social na Lei Municipal que regulamenta o SUAS	17
O órgão gestor utiliza de sistema de informação próprio	17
Operações que o sistema próprio permite realizar	17
Bloco 4 - Algumas ações da Vigilância Socioassistencial	18
O Órgão gestor mantém registro dos casos de violação de direitos	19
Situações de violência e violação de direitos registrados de forma centralizada	19
Levantamento de pessoas em situação de rua	20
Número de pessoas em situação de rua	20
Como foi realizada esta pesquisa sobre situação de rua	20
Ano da realização desta pesquisa	20
Oferta de serviços socioassistenciais é planejada com base no diagnóstico	20
Ações de inclusão produtiva	21
Órgão responsável pelo diagnóstico socioeconômico	21
Bloco 5 – A Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014-2017	22
Preenchimento do Censo SUAS 2013 e PMAS 2014-2017.....	22
Constituição da Vigilância no Censo SUAS 2013 e como se apresenta no PMAS ..	22
Parte I - Quadros Resumo Geral	23
Constituição da Vigilância Socioassistencial	23
A Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014 é citado como	23
Não preencheram o Censo SUAS 2013, mas anexaram o PMAS 2014-2017.....	23
Parte II – Detalhamento	24
A Vigilância constituída formalmente no Censo SUAS x PMAS 2014-2017.....	24
A Vigilância constituída informalmente no Censo SUAS x PMAS 2014-2017.....	24
A Vigilância não constituída no Censo SUAS x PMAS 2014-2017	24
Não preencheram o Censo SUAS 2013, mas anexaram o PMAS 2014-2017	25
Quadro resumo – Total Geral	25
Parte III – Identificação dos Municípios	26
A Vigilância constituída formalmente no Censo SUAS x PMAS 2014-2017.....	26
A Vigilância constituída informalmente no Censo SUAS x PMAS 2014-2017.....	27
A Vigilância não constituída no Censo SUAS x PMAS 2014-2017.....	28
Considerações Finais	29
Referências Bibliográficas	34

A Vigilância Socioassistencial no Paraná Censo SUAS 2012/2013 e PMAS 2014-2017

Finalidade:

A elaboração do presente documento tem como objetivo divulgar os dados da Vigilância Socioassistencial no Paraná, extraídos da base do MDS/Censo SUAS 2012-2013 e das informações contidas nos Planos Municipais da Assistência Social 2014-2017, bem como provocar uma reflexão acerca da importância desta área para o planejamento e execução da Política de Assistência Social nos municípios.

A Vigilância Socioassistencial:

A Vigilância Socioassistencial constitui-se como uma função da Política Nacional da Assistência Social - PNAS juntamente com a Proteção Social e a Defesa dos Direitos.

Segundo a NOB/SUAS/2012, no artº 87, a Vigilância Socioassistencial deve ser realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações em determinados territórios, tendo em vista os dois eixos: I. Situação de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios e II. do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

De acordo com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, a NOB/2005 já apontava como ações da Vigilância o levantamento dos aspectos relativos à presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território, a produção e organização de dados, indicadores, informações e análises com a finalidade de contribuir para a prevenção e redução de agravos, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da Política de Assistência Social.

Contudo, somente a partir da revisão da LOAS/2011 e da NOB/SUAS/2012, a Vigilância passou a ser discutida como objetivo e função, respectivamente, da Política de Assistência Social e ganhou destaque no cenário nacional. Na LOAS a Vigilância Socioassistencial está definida como um dos objetivos da Assistência Social, a saber:

“A assistência social tem por objetivos: A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” (2011: art. 2º, inciso II - Redação dada pela Lei no 12.435, de 2011)

A Vigilância Socioassistencial ganhou destaque no cenário da Política Nacional a partir da LOAS e especialmente da NOB/SUAS/2012 que dedica um capítulo exclusivo e a

define como uma das funções da Assistência Social, a saber:

“A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas”. (2012: art. 87)

Nesta perspectiva, a vigilância não só contribui com as informações sobre o território, suas demandas e a Gestão da Política na medida em que auxilia a formulação, planejamento e execução das intervenções socioassistenciais, mas constitui-se como essencial a Política de Assistência Social, justamente por atuar de forma complementar às outras funções da assistência uma vez que constitui-se como instrumento das proteções sociais e através destas, é possível atuar na defesa dos direitos.

“A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.” (2011: Artigo 6º, § Único)

Tendo em vista a recente ênfase na Vigilância Socioassistencial enquanto um dos objetivos da PNAS, faz-se necessário investigar como o processo de implantação da vigilância tem ocorrido nos municípios. Para tanto, inicialmente faremos uma breve comparação entre alguns dados da esfera nacional e os da esfera estadual, ambos do Censo SUAS. Na sequência, apresentaremos os dados do Paraná de forma detalhada.

A Vigilância Socioassistencial no Paraná, segundo o Censo SUAS:

A partir dos dados informados no Censo SUAS 2012-2013, verificamos que nos municípios do estado do Paraná, assim como no restante do Brasil a Vigilância Socioassistencial está em fase de consolidação. Os dados apontam que no Censo SUAS 2013, em nível nacional, houve um percentual de 33,3% dos Estados da Federação que não estão com a área de Vigilância Socioassistencial constituída formalmente na subdivisão do órgão gestor, enquanto no Paraná 34,59% dos municípios já possuem a Vigilância Socioassistencial constituída formalmente no órgão gestor, demonstrando vanguarda em relação ao cenário nacional.

Comparando as 20 atividades², da Vigilância Socioassistencial no País, as quais estão elencadas nos formulários do Censo SUAS de 2012 e 2013, percebemos que o Paraná tem mantido um percentual acima da média nacional em 6 atividades, a saber:

- Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento do Censo SUAS com 76,19% no Paraná para 70,5% na média nacional;

2 Descritas na tabela de atividades, contida nas págs. 14 e 15 deste Estudo Técnico

- Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS com 81,45% para 75,8%;
- Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS, com 75,19% para 70,08%;
- Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada com 39,6% para 33,8% ;
- Produção de indicadores ou análises baseados em microdados do Censo 2010 do IBGE com 19,55% para 17,8%;
- Desenvolvimento de informações com 15,54% para 15,1%.

Quanto as demais atividades, o percentual do Paraná tem se mantido próximo e/ou na média nacional.

Neste sentido, é possível perceber avanços nas ações relativas à Vigilância Socioassistencial no Estado, no entanto, assim como nos outros estados do país, a Vigilância Socioassistencial nos municípios do Paraná está em processo de consolidação e vem crescendo e se consolidando gradualmente, conforme veremos no decorrer do trabalho.

Metodologia utilizada:

A fonte de informação utilizada para o presente estudo foi a base de dados do MDS - Censo SUAS – Gestão Municipal 2012 e 2013, Bloco 8 – Vigilância Socioassistencial, o qual abrangeu o universo total do questionário do Censo SUAS e o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2014-2017

Os questionários do Censo SUAS sofreram alterações de perguntas nestes dois anos, sendo assim, foi possível fazer a análise comparativa somente nas perguntas que permaneceram inalteradas. Aquelas que sofreram alterações ou foram excluídas de um ano para o outro, inviabilizaram avaliar a evolução ou fazer comparações entre os anos, tendo em vista as variáveis serem distintas ou não mais existirem.

A fim de facilitar a visualização e interpretação dos dados, realizou-se a junção das perguntas que permaneceram inalteradas em ambos os anos, em apenas uma tabela comparativa. Nas demais, foi analisado apenas o respectivo ano de resposta do Censo SUAS ou sinalizado sua ausência, conforme nota de esclarecimento destacada abaixo do respectivo item.

Os dados relativos aos dois anos do Censo não sofreram qualquer alteração, apenas foi utilizado uma forma mais didática de apresentar os resultados da Vigilância Socioassistencial no Estado do Paraná.

Para chegar as sínteses apresentadas, foi feita a compilação dos dados oficialmente³ enviados pelo MDS, por meio da utilização de fórmulas e a partir destas, foram criadas planilhas, tabelas e gráficos os quais serviram de base para as análises contidas no decorrer do presente trabalho.

O Estudo técnico está subdividido em 5 blocos, os quais estão agregados por ordem de afinidade temática, a saber:

Bloco 1: Identificação do órgão gestor

Bloco 2: Estrutura Administrativa

Bloco 3: Vigilância Socioassistencial

Bloco 4: Algumas ações da Vigilância Socioassistencial

Bloco 5: A Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014-2017

No entanto, a subdivisão das perguntas do Censo SUAS apresentadas nos questionários abarcam apenas os três primeiros blocos.

Para a construção e composição do Bloco 4, foram agregadas as perguntas relacionadas às ações da Vigilância Socioassistencial, contidas de forma separada nos diversos blocos dos questionários do Censo SUAS e a partir deste levantamento foi realizada a junção das mesmas por critério de semelhança quanto às ações da vigilância.

A elaboração do Bloco 5 “A Vigilância Socioassistencial no PMAS⁴ 2014-2017”, se deu por compreendermos sua importância no planejamento estratégico das ações da Assistência Social, com a finalidade de compararmos as respostas do Censo SUAS e o contido no referido Plano, referente à área da Vigilância Socioassistencial.

Para a construção e composição do bloco 5, foi avaliado o conteúdo dos Planos Municipais 2014-2017 dos municípios do Paraná e identificado a forma como a Vigilância Socioassistencial apareceu no PMAS 2014-2017, bem como foi realizado o cruzamento das respostas de cada município entre o Censo SUAS 2013 e o PMAS 2014-2017. A partir deste levantamento, foram contabilizadas as respostas e elaboradas tabelas que agregaram tais informações.

Os demais Blocos que, também, compõem o Censo da Gestão Municipal, foram trabalhados em Estudos e Notas Técnicas diferenciados e não estão incluídos neste Estudo, a saber: Gestão de Serviços, Programas e Projetos, Gestão de Benefícios, Ações de inclusão produtiva, bem como algumas perguntas relacionadas a Cadastro Único, serviços PAIF, PAEF, PBF, Segurança Alimentar e Nutricional e Conselhos.

Nas questões em que a legenda dos gráficos e tabelas aparecem “em branco” ocorre porque os municípios não responderam aquela pergunta específica do Censo SUAS e

3 Disponíveis no site do MDS/Rede SUAS: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474>

4 O Plano de Assistência Social, que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. (NOB/SUAS/2012,art. 18)

aqueles em que consta “não preencheu” se refere aos que não responderam o Censo SUAS como um todo.

A sigla N.P., contida na legenda dos gráficos e tabelas, pode ser traduzida como “Não Preencheu”.

Neste sentido, em 2012 um número de cinco (5) municípios não responderam o Censo Suas como um todo e em 2013 um total de quatro (4).

Em cada item ou pergunta traduzida em forma de gráfico ou tabela, apresentamos a análise descritiva dos dados, e quando necessário esta análise é acompanhada das orientações do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, a fim de possibilitar maior entendimento e situar o leitor acerca de sua importância no contexto da Política da Assistência Social.

A seguir, apresentaremos os resultados do Censo SUAS 2012 e 2013, comparados ao Plano Municipal de Assistência Social 2014, os quais visam divulgar os dados da Vigilância Socioassistencial no Paraná.

Boa leitura a todos!

Bloco 1 – Identificação

Porte dos 399 municípios do Paraná

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, o porte dos municípios é definido conforme o número populacional, de acordo com a classificação da estimativa populacional do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Neste sentido, temos a seguinte distribuição quanto aos portes municipais:

Pequeno I: até 20.000 habitantes

Pequeno II: de 20.001 até 50.000 habitantes

Médio: de 50.001 até 100.000

Grande: de 100.001 até 900.000 Metrôpole: mais de 900.000 habitantes.

No Paraná, o porte pequeno I predomina com 78,20% dos municípios, seguido de 13,78% do pequeno II. Se somarmos os de porte I e II teremos um percentual de 91,98%. Este dado indica que a composição dos municípios do estado é majoritariamente feita pelos municípios de pequeno porte I e II.

Paraná			
Portes	Municípios		
Peq. I	312	78,20%	91,98%
Peq. II	55	13,78%	
Médio	14	3,51%	3,51%
Grande	17	4,26%	4,26%
Metrôpole	1	0,25%	0,25%
Total	399	100%	100%

Porte dos municípios que preencheram o Censo SUAS – Gestão Municipal

Dos municípios que preencheram o Censo Suas 2012 e 2013, verificamos que a grande maioria dos municípios, num total de 90,97% são de pequeno porte, sendo:

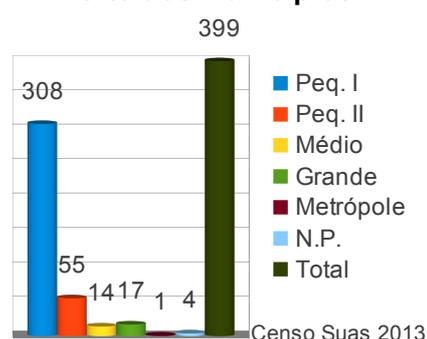
Órgão Gestor caracteriza-se como	2012		2013	
Peq. I *	308	77,19%	308	77,19%
Peq. II *	54	13,53%	55	13,78%
Médio	14	3,51%	14	3,51%
Grande	17	4,26%	17	4,26%
Metrôpole	1	0,25%	1	0,25%
N.P.	5	1,25%	4	1,00%
Total	399	100%	399	100%

* 2012: Dos 5 que não preencheram 4 municípios são Peq. I e um é Peq. II

* 2013: Dos 4 que não preencheram 3 municípios são Peq. I e um é Peq. II

77,19%, de pequeno I e 13,78% de porte pequeno II. Um total de 8,02% estão distribuídos em: médio porte com 3,51%, grande com 4,26% e metrôpole com 0,25%.

Porte dos Municípios



A Vigilância Socioassistencial, distribuída por Porte dos Municípios

Fazendo um cruzamento dos dados referentes à constituição da Vigilância Socioassistencial e o porte dos municípios, encontramos o seguinte cenário, em 2013:

Censo SUAS 2013										
Porte do Município	Vigilância Socioassistencial, constituída									
	Dado Bruto					Percentual				
	Formal	Informal	Não constitu.	N.P.	Total	Formal	Informal	Não constitu.	N.P.	Total
Pequeno I	115	95	98	4	308	28,82%	23,81%	24,56%	1%	78,20%
Pequeno II	14	23	18	0	55	3,51%	5,76%	4,51%	0%	13,78%
Médio	2	5	7	0	14	0,50%	1,25%	1,75%	0%	3,51%
Grande	6	8	3	0	17	1,50%	2,01%	0,75%	0%	4,26%
Metrôpole	1	0	0	0	1	0,25%	0,00%	0,00%	0%	0,25%
Total	138	131	126	4	399	34,59%	32,83%	31,58%	1%	100%
	399					100%				

Ao comparar os 399 municípios, este cruzamento fornece os seguintes dados:

municípios de porte pequeno I: 28,82% informaram ter a vigilância socioassistencial constituída formalmente, 23,81% informalmente e 24,56% não tem a vigilância constituída.

municípios de porte pequeno II: 3,51% informaram possuir a vigilância socioassistencial constituída formalmente, 5,76% informalmente e 4,51% não está constituída.

municípios de porte médio: 0,50% respondeu que possuem a vigilância socioassistencial constituída formalmente, 1,25% informalmente e 1,75% não tem vigilância constituída.

municípios de porte grande: 1,50% está constituída formalmente, 2,01% informalmente e 0,75% não possui a vigilância constituída.

municípios de porte metrópole: no estado do Paraná temos apenas 1 município com este porte, representando 0,25% do total de municípios, e o mesmo informou possuir a vigilância socioassistencial constituída formalmente.

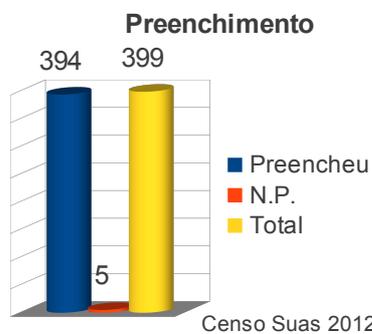
Do total dos municípios, 31,58% ainda não constituiu a vigilância socioassistencial formalmente, 32,83% atuam de maneira informal e 34,59% formalmente.

Contudo, se compararmos estes dados com o porte de cada município, os resultados nos darão outra leitura, ou seja, os municípios que mais possuem vigilância socioassistencial constituídos formalmente são os municípios de Pequeno I com 37,33% seguido de Grande Porte com 35,29%. Na sequência os municípios de Pequeno II com 25,45% e Médio com 14,28%. O porte Metrópole atingiu 100%, uma vez que consta apenas um município e este informou ter a vigilância constituída formalmente.

A fim de esclarecer o leitor, no rodapé segue definições acerca dos conceitos referente à: Estrutura Formal, Maneira Informal e Não Constituída, segundo o Manual de Gestão Municipal do Censo Suas 2013⁵.

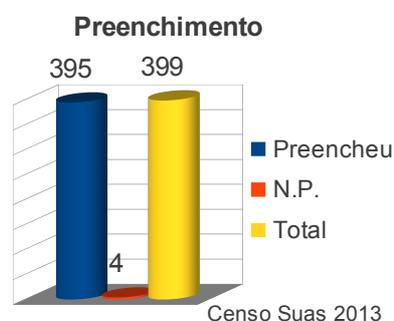
Preenchimento do Censo SUAS⁶

Dos 399 municípios do PR, percebemos que em 2013, o percentual de preenchimento do Censo SUAS aumentou se comparado a 2012.



Neste sentido, em 2012, tivemos 394 municípios (98,74%) que preencheram o Censo Suas e 5 que não preencheram o Censo, a saber: Adrianópolis, Farol, Quinta do Sol, Itaperuçu e Santa Amélia.

Em 2013, o número de preenchimento foi maior, ou



seja, 395 (99%) equivalente a 4 municípios que não preencheram, a saber: Abatiá, Campo do Tenente, Inajá e Sertanópolis. Embora o número de municípios que não preencheram possa ser considerado baixo (1%), é importante que 100% dos municípios do Estado preencham o questionário do Censo SUAS, a fim destes não sofrerem com a perda de recursos e a diminuição do IGD SUAS.

⁵ *Estrutura formal do órgão gestor:* Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que pública a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Maneira informal: Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Não constituída: Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão. (2013: pág. 3)

⁶ Censo SUAS – Gestão Municipal 2012 e 2013

Bloco 2 – Estrutura Administrativa

Caracterização do órgão gestor da assistência social

Órgão Gestor caracteriza-se como	Censo Suas			
	2012		2013	
S. M.* exclusiva da área de Assistência Social	342	85,71%	354	88,72%
S. M.* Em conjunto com outras políticas setoriais	28	7,02%	33	8,27%
Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	18	4,51%	4	1%
Setor subordinado a outra secretaria	3	0,75%	4	1%
Fundação Pública	3	0,75%	0	0%
N.P.	5	1%	4	1%
Total	399	100%	399	100%

* Secretaria Municipal

Ao aferir ambos os anos, percebemos avanços de 3,01% no número de municípios que informaram possuir Secretaria Municipal exclusiva da assistência social no órgão gestor, uma vez que aumentou de 85,71% em 2012 para 88,72% em 2013.

Também tivemos avanços em 2013, na conquista de maior autonomia, dado a diminuição do órgão gestor caracterizado como fundação pública⁷, que segundo a Lei 7.596/87, entende que as mesmas fazem parte da administração indireta⁸.

Por outro lado, aumentou em 0,25% a subordinação do órgão gestor a outra secretaria.

A Secretaria exclusiva de Assistência Social permite ao órgão gestor do município maior autonomia orçamentária para implantar, ampliar e aprimorar os serviços socioassistenciais ofertados. Considerando a incoerência nas respostas relacionadas na mesma pergunta, segue abaixo nota de esclarecimento⁹ ao leitor, uma vez que a tabela de subordinação da assistência social, na página seguinte, demonstrou outros resultados.

⁷ A Lei nº 7.596 de 10.04.1987 no art. 5º, inciso IV define **Fundação Pública** como a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. No art. 2º classifica as fundações públicas como integrante da Administração Federal Indireta.

⁸ Segundo a Wikipédia, a **administração indireta** do Estado está vinculada à administração direta. Tem o objetivo de desempenhar as atividades de forma descentralizada e executar algumas tarefas de interesse do Estado por outras pessoas jurídicas, ou seja, quando não pretende executar certa atividade através de seus próprios órgãos, o Poder Público transfere a sua titularidade ou execução a outras entidades.

⁹ **Esclarecimento:** em 2013, os municípios que responderam possuir uma secretaria exclusiva da assistência social não deveriam assinalar os demais itens desta questão, referente as áreas de subordinação ou em conjunto com outras políticas. Como 6 municípios não seguiram esta orientação, assinalando negativamente as 8 alternativas referente ao nome das áreas, estas foram desconsideradas para o cálculo, sendo contabilizadas apenas as respostas positivas e negativas relacionadas à subordinação da assistência social. Uma vez somadas as respostas relacionadas à subordinação da assistência social e em conjunto com outras políticas, na questão 1 do bloco 2 do questionário do Censo SUAS 2013, estas totalizam 41, ou seja, 33 + 4 + 4 = 41. Contudo, os municípios que assinalaram a alternativa de “subordinação da assistência social diretamente à chefia do executivo” não deveriam ter respondido esta questão, segundo as orientações do Manual, por isso, na questão abaixo, foram consideradas apenas as respostas dos municípios que indicaram a qual órgão/política está subordinado, totalizando o número correto de 37 respostas para cada item e não 41, conforme veremos na tabela abaixo.

Secretaria ou setor de subordinação da assistência social

Das Secretarias que não são exclusivas, o maior percentual quanto as áreas de subordinação da assistência social, foi para a Secretaria de Habitação, seguido da categoria Outras, as quais estão detalhadas na tabela abaixo.

Censo Suas 2013									
Áreas de subordinação da assistência social									
	Educação	Planejamento	Saúde	Habitação	SAN*	Trabalho	D.H.	Outra	Total
Sim	4	1	9	13	7	9	2	10	55
Não	33	36	28	24	30	28	35	27	241
Subtotal	37	37	37	37	37	37	37	37	296
Total	296								

* Segurança Alimentar e Nutricional

** Direitos Humanos

Censo Suas 2013		
No.	Municípios	Outras Áreas
1	Assis Chateaubriand	Mulher
2	Astorga	Esporte, Cultura
3	Lindoeste	Prefeitura Municipal
4	Maringá	Política sobre drogas
5	Mato Rico	CRAS
6	Paranacity	Criança e adolescente
7	Presidente Castelo Branco	APMI e PROVOPAR
8	Sao Jorge Doeste	Departamento Municipal*
9	Sao Jose da Boa Vista	Cultura e Esporte
10	Tomazina	Cidadania

* de Assistência Social

Referente a categoria Outras Áreas de subordinação da assistência social, num total de 10 municípios, cabe maior investigação dado a existência de possíveis respostas equivocadas, conforme tabela ao lado, a exemplo do CRAS, APMI e PROVOPAR, Mulher, Criança e Adolescente, Política sobre Drogas e Cidadania.

Subdivisão Administrativa

No intuito de facilitar a compreensão, indicamos a legenda abaixo, segundo as orientações contidas no Manual do Censo Suas 2013 – Gestão Municipal, a qual refere-se às seguintes respostas:

- Sim, de maneira informal: refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, com a presença de coordenação e gerência, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, a exemplo do Regulamento e Regimento Interno.
- Sim, na estrutura formal: refere-se a existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (diretoria, coordenação) descrita na estrutura formal do órgão gestor, a exemplo de Lei, decretos que publicam o Regulamento e Regimento Interno.
- Não constituída: não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

Comparando ambos os anos, observamos que os percentuais aumentaram em 2013, referente a constituição de subdivisões administrativas na estrutura formal do órgão gestor na área Vigilância Socioassistencial, diminuindo assim, o percentual de municípios com a vigilância constituída informalmente ou não constituída.

Censo SUAS 2013		
Estrutura no órgão gestor Subdivisões Administrativas	Vigilância Socioassist.	
	Dado Bruto	Percentual
Sim, de maneira informal	131	32,83%
Sim, na estrutura formal	138	34,59%
Não constituída	126	31,58%
N.P.	4	1,00%
Total	399	100%

Censo SUAS 2012		
Estrutura no órgão gestor Subdivisão Administrativa	Vigilância Socioassist.	
	Dado Bruto	Percentual
Sim, de maneira informal	133	33,33%
Sim, na estrutura formal	114	28,57%
Não constituída	147	36,84%
N.P.	5	1,25%
Total	399	100%

Neste sentido, os dados nos mostram que a vigilância socioassistencial vem gradativamente se consolidando no Paraná, uma vez que em 2013 teve um aumento em sua estrutura formal de 6,02% e a gestão do SUAS um total de 5,77%.

Segundo a NOB/RH/2012, em seu art. 90, os entes federados devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial, diretamente vinculada aos

órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção.

Bloco 3 – Vigilância Socioassistencial

Diretriz do órgão gestor em relação a implantação do Prontuário do SUAS

O Prontuário SUAS é um dos instrumentos utilizados pela Vigilância Socioassistencial e a sua implantação é fundamental para o levantamento e coleta, armazenamento e análise dos dados referentes aos atendimentos e serviços ofertados pelos CRAS e CREAS nos municípios.

Referente à diretriz do órgão gestor sobre a implantação e utilização do prontuário SUAS nas unidades CRAS e CREAS, 38,60% dos municípios responderam que não houve diretriz e deixou a critério dos CRAS e CREAS decidirem se utilizariam ou não o Prontuário; 56,89% dos municípios recomendaram a utilização do Prontuário pelo CRAS E CREAS e 3,51% não recomendaram a utilização do Prontuário e 1% não preencheu o Censo SUAS. Esta pergunta não constou no questionário do Censo SUAS 2012.

Diretriz do órgão gestor: implantação do prontuário SUAS nos CRAS e CREAS



Motivo da não utilização do Prontuário SUAS

Censo SUAS 2013		
Motivo da não utilização do Prontuário SUAS	Municípios	
	Qdte.	%
Já utiliza modelo próprio (prontuário eletrônico)	5	35,71%
Já utiliza modelo físico (prontuário de papel)	4	28,57%
Recebeu quantidade insuficiente	2	14,29%
Não recebimento Prontuário	1	7,14%
Branco	2	14,29%
Total	14	100%

Em relação aos 14 municípios que recomendaram a não utilização do Prontuário SUAS, as justificativas para essa recomendação foram as seguintes: 5 municípios responderam que já utilizam modelo próprio de prontuário eletrônico, 4 responderam que utilizam prontuário próprio em meio físico, 1 município respondeu que não recebeu o prontuário SUAS e 2 municípios responderam que receberam quantidade

insuficiente de prontuários. Esta pergunta não constou no questionário do Censo SUAS 2012.

Ao lado, relação dos municípios que recomendaram a não utilização do Prontuário SUAS.

Recomendaram a não utilização do Prontuário SUAS			
No.	Município	Utiliza ou Não	Motivo
1	Cascavel	Já utiliza modelo próprio ¹	
2	Ceu Azul	Outros motivos	Não recebimento
3	Cruz Machado	Recebeu quantidade insuficiente ²	
4	Jardim Alegre	Já utiliza modelo próprio ³	
5	Lobato	Já utiliza modelo próprio ¹	
6	Londrina	Já utiliza modelo próprio ¹	
7	Palmas	Já utiliza modelo próprio ³	
8	Planalto	Branco. Não respondeu o motivo	
9	Santa Fe	Já utiliza modelo próprio ¹	
10	Santa Izabel do Oeste	Branco. Não respondeu o motivo	
11	Santa Lucia	Já utiliza modelo próprio ³	
12	Sao Manoel do Parana	Já utiliza modelo próprio ¹	
13	Virmond	Recebeu quantidade insuficiente ²	
14	Senges	Já utiliza modelo próprio ³	

¹ de prontuário eletrônico

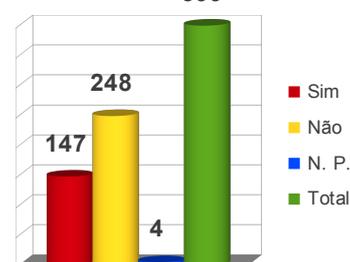
² do Prontuário SUAS

³ de prontuário em meio físico

Capacitação para implantação do Prontuário SUAS

Para implantação do prontuário SUAS é necessário primeiramente capacitar e treinar os técnicos dos CRAS e CREAS, sobre a maneira correta de preencher, bem como sobre a importância de preenchê-lo continuamente em todos os atendimentos realizados. Do total de municípios, 36,84% responderam que realizaram capacitação com os técnicos, 62,16% não realizaram e 1% não preencheu o Censo.

Capacitação para implantação do prontuário 399



Censo Suas 2013

Capacitação em Vigilância Socioassistencial

A vigilância socioassistencial por tratar-se de uma temática nova e complexa, exige dos profissionais muitas habilidades, dentre as quais a capacidade de realizar a leitura dos dados estatísticos interpretando-os de uma maneira crítica conforme a realidade existente, necessita que as equipes técnicas sejam capacitadas através de cursos e outras iniciativas.

Cursos de capacitação realizados							
2012				2013			
	Sist. SUAS ¹	Vig. Soc. ²	Monit. Aval. ³		Sist. SUAS ¹	Vig. Soc. ²	Monit. Aval. ³
Sim	132	62	95	Sim	116	70	66
Não	221	291	258	Não	244	290	294
Branco	41	41	41	Branco	35	35	35
N.P.	5	5	5	N.P.	4	4	4
Total	399	399	399	Total	399	399	399

Cursos de capacitação realizados							
Percentual 2012				Percentual 2013			
	Sist. SUAS ¹	Vig. Soc. ²	Monit. Aval. ³		Sist. SUAS ¹	Vig. Soc. ²	Monit. Aval. ³
Sim	33,08%	15,54%	23,81%	Sim	29,07%	17,54%	16,54%
Não	55,39%	72,93%	64,66%	Não	61,15%	72,68%	73,68%
Branco	10,28%	10,28%	10,28%	Branco	8,77%	8,77%	8,77%
N.P.	1,25%	1,25%	1,25%	N.P.	1,00%	1,00%	1,00%
Total	100%	100%	100%	Total	100%	100%	100%

¹ Sistemas de Informação do SUAS

² Vigilância Socioassistencial

Referente aos cursos de capacitação realizados sobre os temas voltados à vigilância socioassistencial, percebemos que em 2013, foram realizados em 70 municípios e aumentou 2% comparado a 2012. Comparando ambos os anos, notamos que, mesmo tendo decaído no percentual em 2013, o tema sobre sistemas de informação do SUAS foi o que se destacou entre outros temas.

Esta questão permitiu múltipla escolha ao município e a possibilidade de selecionar mais de uma resposta.

Atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial

A vigilância socioassistencial tem como principais atividades o levantamento de dados, elaboração de estudos, análises e diagnósticos, as quais objetivam conhecer as situações de vulnerabilidade e risco social no território, bem como verificar se a oferta de serviços atende a demanda existente no município.

Na tabela abaixo apresentamos as atividades realizadas pelo órgão gestor nos municípios, relacionadas à vigilância socioassistencial nos anos 2012 e 2013, na qual foi dado ênfase no percentual positivo apenas de 2013.

Atividades da Vigilância	Ranking 2013					
	2012		2013			
	Sim	Não	Sim	Não	% Sim	Total
Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS	313	81	325	70	81,45%	399
Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS	313	81	304	91	76,19%	399
Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS	293	101	300	95	75,19%	399
Planejamento e/ou coordenação de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários ¹	0	0	176	219	44,11%	399
Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada	189	205	158	237	39,60%	399
Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do BPC para os CRAS e CREAS objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar a atividades de planejamento da Unidade ²	0	0	157	238	39,35%	399
Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CadÚnico	167	227	156	239	39,10%	399
Fornecimento sistemático de informações territorializadas das famílias do CadÚnico aos CRAS e CREAS visando auxiliar as ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários	164	230	155	240	38,85%	399
Monitoramento de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários ³	0	0	146	249	36,59%	399
Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município	160	234	143	252	35,84%	399
Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS	151	243	133	262	33,33%	399
Produção de indicadores ou análises relativas à demanda de serviços e benefícios socioassistenciais	113	281	114	281	28,57%	399
Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços	145	249	108	287	27,07%	399
Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais	107	287	105	290	26,32%	399
Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos	74	320	80	315	20,05%	399
Produção de indicadores ou análises baseados em microdados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo 2010 do IBGE	79	315	78	317	19,55%	399
Desenvolvimento de sistemas de informação	63	331	62	333	15,54%	399
Concepção de sistemas de informação	76	318	53	342	13,28%	399
Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos	51	343	47	348	11,78%	399
Não desenvolve nenhuma das atividades acima ⁴	18	379	17	378	4,26%	399

Legenda:

^{1, 2, 3} No Censo SUAS 2012, não constou estas perguntas, por isso, a marcação zero (0)

⁴ Os municípios do Censo SUAS 2012 e 2013, que responderam SIM, significa que não desenvolvem nenhuma das atividades e os que responderam NÃO, significa que desenvolvem alguma das atividades citadas

Nota: 4 municípios não preencheram o Censo Suas 2013, mas foram contabilizados no total

A resposta permitiu múltipla escolha, sendo assim, um mesmo município pode ter escolhido mais de uma alternativa.

Das atividades que se destacaram em 2013, encontramos: a gestão local e atualização do CadSUAS, coordenação e acompanhamento ao preenchimento do Censo SUAS, gestão e análise do RMA – CRAS/CREAS e planejamento/coordenação da busca ativa.

Municípios que não desenvolvem atividades de Vigilância Socioassistencial

Censo SUAS 2013					
Não desenvolvem nenhuma atividade					
1	Antonina	Sim	10	Palmital	Sim
2	Cambira	Sim	11	Pato Branco	Sim
3	Carlopolis	Sim	12	Pontal do Parana	Sim
4	Corumbatai do Sul	Sim	13	Primeiro de Maio	Sim
5	Fenix	Sim	14	Rolandia	Sim
6	Grandes Rios	Sim	15	Tibagi	Sim
7	Guapirama	Sim	16	Vitorino	Sim
8	Ipiranga	Sim	17	Diamante do Norte	Sim
9	Nova Santa Barbara	Sim	Total: 17 municípios		

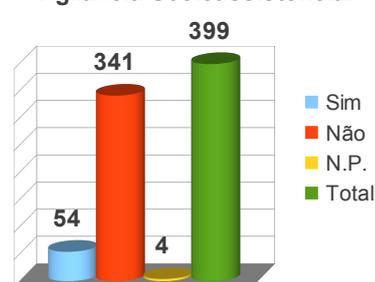
Referente aos municípios que não desenvolvem nenhuma atividade relacionada à Vigilância Socioassistencial, o número diminuiu em 0,25% se comparado ao ano 2012 que apresentou 18 municípios. Em 2013, tivemos um total de 17 municípios, conforme tabela ao lado.

Profissionais Exclusivos da Vigilância Socioassistencial

Segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial do MDS, em face da importância da vigilância socioassistencial, e da constante produção de conhecimentos o ideal é que nos municípios de pequeno porte (I ou II) houvesse pelo menos um profissional exclusivo para realizar as atividades da vigilância socioassistencial. Enquanto nos Estados, metrópole e municípios de grande porte é sugerido equipe multidisciplinar e exclusiva.

Contudo, o número de municípios que respondeu não possuir profissionais exclusivos para vigilância socioassistencial é a maioria, num percentual de 85,46% e apenas 13,53% possuem profissionais exclusivos e 1% não preencheram o Censo.

Profissionais exclusivos para Vigilância Socioassistencial



Censo Suas 2013

Formalização da área de vigilância socioassistencial e Equipe

Censo SUAS 2013								
Vigilância constituída na subdivisão do órgão gestor x Equipe								
Constituída	Dado Bruto				Percentual			
	Com equipe exclusiva	Sem equipe exclusiva	N.P.	Total	Com equipe exclusiva	Sem equipe exclusiva	N.P.	Total
Formalmente	30	108		138	7,52%	27,07%		34,59%
Informalmente	23	108		131	5,76%	27,07%		32,83%
Não constituída	1	125		126	0,25%	31,33%		31,58%
Total	54	341	4	399	13,53%	85,46%	1%	100%

Há incoerência e possível equívoco na resposta, porque o município que respondeu não ter vigilância socioassistencial constituída, também respondeu que possui equipe técnica exclusiva para realizar as respectivas atividades.

Dos 54 municípios (13,53%) que responderam possuir equipe exclusiva para a vigilância socioassistencial, a maioria, num percentual de 7,52% está com sua equipe constituída formalmente e 5,76% informalmente.

Um possível equívoco no preenchimento do Censo SUAS pode ter ocorrido, uma vez que um município

respondeu não ter equipe constituída e ao mesmo tempo marcou que possui equipe exclusiva. Dos 341 municípios (85,46%) que responderam não ter equipe exclusiva, tivemos um empate de percentuais em 27,07% aos que estão constituídos formalmente e informalmente. Contudo, de forma geral, a tabela nos mostra que a grande maioria dos municípios, num percentual de 85,46%, atuam sem equipe exclusiva na vigilância socioassistencial, independente de se estar formalmente, informalmente ou não constituída.

Profissionais exclusivos por escolaridade e número de municípios

A tabela ao lado, ilustra a quantidade de profissionais dos 54 municípios que responderam possuir equipe exclusiva para a vigilância socioassistencial, por escolaridade, relacionando ao número de municípios correspondentes àquela quantidade de profissionais.

Ex: um número de 19 municípios, possuem dois (2) profissionais de nível superior, totalizando 38 profissionais de nível superior nestes 19 municípios.

Somando a escolaridade de nível superior e médio, temos um total de 157 profissionais distribuídos nos 54 municípios. Destes 54 municípios, todos informaram que na sua equipe tem profissionais de nível superior totalizando o número de 117 profissionais com graduação. A grande maioria dos municípios possui apenas um profissional de nível superior, contudo, encontramos um município com 7 profissionais

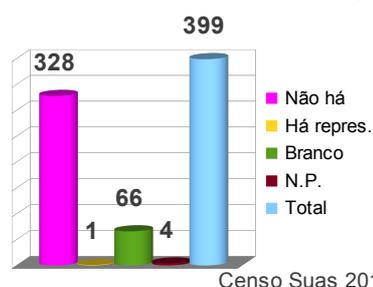
Censo SUAS 2013					
Profissionais Exclusivos – Vigilância Socioassistencial					
Nível Superior			Nível Médio		
No. Municípios	Qtde. de Profissionais por município	Qtde. Total profissionais	No. Municípios	Qtde. de Profissionais por município	Qtde. Total profissionais
20	1	20	26	0	0
19	2	38	19	1	19
6	3	18	6	2	12
6	4	24	3	3	9
2	5	10			
1	7	7			
54	22	117	54	6	40
117 + 40 = 157					

exclusivos para a Vigilância Socioassistencial. Dos 40 profissionais, exclusivos, com o nível escolar médio em 2013, um número de 26 municípios informou não ter nenhum destes profissionais. Na sequência, 19 municípios contam com um profissional. Comparando ambos, percebemos que o predomínio da qualificação dos profissionais está no nível superior de escolaridade, demonstrando que os municípios estão atentos ao contido nas referidas Orientações Técnicas¹⁰ quanto à formação de equipe multidisciplinar.

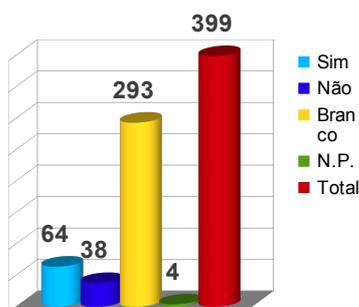
Representante da Vigilância Socioassistencial

Conforme descrito no manual do Censo SUAS/Gestão Municipal 2013, os municípios que têm a vigilância socioassistencial constituída ou não, podem ter um funcionário indicado pelo gestor, o qual será responsável por responder as questões relacionadas à vigilância socioassistencial. Porém, segundo o Censo 2013, somente um município informou possuir representante, num percentual de 0,25%, enquanto 82,2% informaram que não possuem, 16,54% deixaram em branco e 1% não preencheu o Censo.

Representante da Vigilância Socioassistencial no Município



Funções da Assistência Social



Funções da Assistência Social na Lei Municipal que regulamenta o SUAS

De acordo com a PNAS/2004, a Vigilância Socioassistencial, a Proteção Social e a Defesa de Direitos são definidas como funções da Assistência Social, as quais direcionam a organização dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Censo SUAS 2013, aponta que um percentual alto de 73,43% deixaram em branco esta questão do Censo SUAS 2013. Dos que responderam, 16,04% dos municípios afirmaram ter como um dos conteúdos as funções da Assistência Social na Lei municipal que regulamenta o

SUAS. Um percentual de 9,52% respondeu que as funções da Assistência Social não fazem parte do conteúdo da Lei municipal.

O órgão gestor utiliza de sistema de informação próprio

Comparando ambos os anos, percebemos que os números permaneceram quase inalterados em ambas as respostas. A grande maioria, 78,45%, não utiliza o sistema próprio de informação para gerenciar a Política de Assistência Social. Daqueles que afirmaram utilizar, obtivemos uma média de 20,42%, a qual não chega a 85 municípios.

Censo SUAS					
O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social					
2012			2013		
Sim	81	20,30%	Sim	82	20,55%
Não	313	78,45%	Não	313	78,45%
N.P.	5	1,25%	N.P.	4	1%
Total	399	100%	Total	399	100%

Operações que o sistema próprio permite realizar

Referente aos municípios que afirmaram utilizar o sistema de informação próprio, ou seja, 81 em 2012 e 82 em 2013, percebemos que a operação com maior destaque nos dois anos, foi para o registro da execução física/atendimentos, seguido da elaboração e armazenamento do prontuário eletrônico e na sequência do registro das unidades da rede socioassistencial pública e privada.

10 A formação da equipe da vigilância socioassistencial deverá ser multidisciplinar com profissionais de sociologia, estatística, serviço social e psicologia, para os Estados, metrópoles e municípios de grande porte. Para os de pequeno porte que haja uma pessoa de referência. (pág. 40).

Nas Orientações Técnicas não cita especificação de equipe para os municípios de médio porte, contudo, mediante consulta formal ao MDS, foi nos orientado que serão incluídos junto a categoria dos de grande porte, em documento a ser publicado posteriormente

Anteriormente citamos quatorze (14) municípios que recomendaram a não utilização do prontuário SUAS e destes, cinco justificaram por motivos de já utilizarem o modelo próprio de prontuário eletrônico. Contudo, nesta questão, um número de 62 municípios informou que o sistema próprio para gerenciar a política de assistência social, permite a operação da elaboração e armazenamento do prontuário eletrônico e embora o sistema permita esta operação, há o indicativo de poucos municípios utilizarem este recurso.

Também destacamos que em alguns municípios, o sistema próprio não permite algumas operações, a exemplo das questões relacionadas aos aspectos financeiros e de atendimentos, a saber: registro da execução física/atendimentos, registro dos repasses de recursos para entidades e prestação de contas, o qual deve contar com um sistema diferenciado.

Censo SUAS												
O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social												
Operações do sistema	2012						2013					
	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	N.P.	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	N.P.
Registrar execução física/atendimentos	68	13	81	5	313	399	67	15	82	4	313	399
Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico *	62	19	81	5	313	399	61	21	82	4	313	399
Registrar unidades de rede socioassistencial pública	39	42	81	5	313	399	40	42	82	4	313	399
Registrar unidades da rede socioassistencial privada	20	61	81	5	313	399	25	57	82	4	313	399
Registrar repasses de recursos para entidades	18	63	81	5	313	399	14	68	82	4	313	399
Registrar prestação de contas das entidades	14	67	81	5	313	399	9	73	82	4	313	399
Outros	9	72	81	5	313	399	12	70	82	4	313	399

Operações do sistema	% 2012						% 2013					
	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	N.P.	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	N.P.
Registrar execução física/atendimentos	17,04%	3,26%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	16,79%	3,76%	20,55%	1%	78,45%	100%
Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico *	15,54%	4,76%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	15,29%	5,26%	20,55%	1%	78,45%	100%
Registrar unidades de rede socioassistencial pública	9,77%	10,53%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	10,03%	10,53%	20,55%	1%	78,45%	100%
Registrar unidades da rede socioassistencial privada	5,01%	15,29%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	6,27%	14,29%	20,55%	1%	78,45%	100%
Registrar repasses de recursos para entidades	4,51%	15,79%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	3,51%	17,04%	20,55%	1%	78,45%	100%
Registrar prestação de contas das entidades	3,51%	16,79%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	2,26%	18,30%	20,55%	1%	78,45%	100%
Outros	2,26%	18,05%	20,30%	1,25%	78,45%	100%	3,01%	17,54%	20,55%	1%	78,45%	100%

* dos usuários dos Serviços Socioassistenciais

Bloco 4 - Algumas ações da Vigilância Socioassistencial

No intuito de facilitar a organização das informações, reunimos neste bloco, as perguntas separadas entre si, contidas no questionário do Censo SUAS 2012 e 2013 – Gestão Municipal e agregamos num único item que denominaremos “algumas ações da Vigilância Socioassistencial”, as quais, citamos:

- O Órgão gestor mantém registro dos casos de violação de direitos
- Situações de violência e violação de direitos registrados
- Pesquisa de pessoas em situação de rua
- Número de pessoas em situação de rua
- Como foi realizado esta pesquisa sobre situação de rua
- Ano em que foi realizado esta pesquisa
- Ações de inclusão produtiva
- Oferta de serviços socioassistenciais é planejada
- Órgão responsável pelo diagnóstico socioeconômico

O órgão gestor mantém registro dos casos de violação de direitos

Segundo o art. 87, NOB/SUAS/2012, a vigilância socioassistencial “deve ser realizada por meio de produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, relacionadas as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios”.

Censo SUAS 2012		
O órgão gestor mantém registro centralizado dos casos de violação de direitos		
Sim	176	44,11%
Não	218	54,64%
N.P.	5	1,25%
Total	399	100%

Os casos de violação de direitos caracterizam-se pela ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, uso de substância psicoativa, dentre outras e são objeto de intervenção da proteção social especial, a qual tem estreita interface com o sistema de garantia de direitos (PNAS, 2004:37).

Segundo o Censo SUAS 2012, um percentual de 44,11% dos gestores mantém registro centralizado dos casos de violação de direitos detectados ou atendidos pela rede socioassistencial e 54,64% não mantém. Considerando que no Paraná temos o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, *on line*, em todos os municípios, este dado de 54,64% nos remete a hipótese de possíveis equívocos na interpretação da questão, uma vez que este sistema registra os casos de violação de direitos. **Esta pergunta não constou no Censo SUAS 2013.**

Situações de violência e violação de direitos registrados de forma centralizada

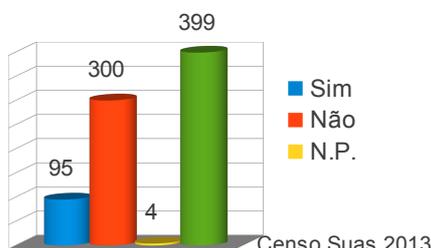
Em 2012, as situações de Negligência contra o idoso foi o percentual com maior registro centralizado num total de 35,09% de negligência contra o idoso, seguido de violência contra o idoso com 33,83%, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto com 33,33%, violência sexual contra criança e adolescente com 31,33% e violência contra a mulher com 26,03%. **Esta pergunta não constou no Censo SUAS 2013.**

Censo SUAS 2012												
Caso sim, indique quais situações de violência e violações de direitos tem registro centralizado												
Operações do sistema	Dado Bruto						Percentual					
	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	Total	Sim	Não	Sub Total	N.P.	Branco	Total
Violência contra a mulher	92	84	176	5	218	399	23,06%	21,05%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Violência contra idoso	135	41	176	5	218	399	33,83%	10,28%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Negligência contra o idoso	140	36	176	5	218	399	35,09%	9,02%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Violência sexual contra criança e adolescente	125	51	176	5	218	399	31,33%	12,78%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Violência física contra criança e adolescente	115	61	176	5	218	399	28,82%	15,29%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Adolescente em cumprimento de medida*	133	43	176	5	218	399	33,33%	10,78%	44,11%	1,25%	54,64%	100%
Outros	11	165	176	5	218	399	2,76%	41,35%	44,11%	1,25%	54,64%	100%

* socioeducativa em meio aberto

Levantamento de pessoas em situação de rua

Órgão gestor possui levantamento das pessoas em situação de rua



Apenas 23,81% dos municípios, responderam que possuem pesquisa ou levantamento que aponte o número de pessoas em situação de rua no município, os demais 75,19% não possuem.

Censo SUAS 2013						
Municípios que possuem levantamento			Porte destes Municípios			Pessoas em situação de rua
Nº Pessoas	Municípios	%	Porte	Qtde.	%	
Zero	36	37,89%	Peq. I	60	63,16%	
1 a 10	41	43,16%	Peq. II	17	17,89%	
11 a 80	12	12,63%	Médio	8	8,42%	
100 a 200	2	2,11%	Grande	9	9,47%	
Acima 200	4	4,21%	Metrópoli	1	1,05%	
Total	95	100%	Total	95	100%	

Número de pessoas em situação de rua

Dos 95 municípios que afirmaram possuir

Censo SUAS 2013			
Porte dos Municípios			
Nº Pessoas	Municípios	Porte	
Zero	36	Peq. I	36
		Peq. I	23
1 a 10	41	Peq. II	13
		Médio	3
		Grande	2
		Peq. I	1
11 a 80	12	Peq. II	4
		Médio	5
		Grande	2
		Grande	2
100 a 200	2	Grande	2
Acima 200	4	Grande	3
		Metrópoli	1
Total	95		95

levantamento, a grande maioria num total de 43,16% possui de 1 a 10 pessoas em situação de rua, seguido de 37,89% com nenhum caso. De 100 a 200 pessoas nesta situação, encontramos 2,11% dos municípios e acima de 200, um total de 4,21%. Quanto ao Porte destes municípios, o predomínio de 63,16% são de Peq. I, seguido de 17,89% de Peq. II e 9,47% de grande porte. Na sequência 8,42% para médio porte e 1,05% metrópole.

Importante destacar que dos 36 municípios que informaram não possuir pessoas em situação de rua, todos são de porte Peq. I. De 1 a 80 pessoas os portes se mesclam, contudo, os dois municípios que informaram ter de 100 a 200 pessoas são de grande porte e os acima de 200, três são de grande porte e um é metrópole

Como foi realizado a pesquisa sobre situação de rua

A grande maioria dos municípios, realizou a pesquisa sobre situação de rua, pela equipe do próprio gestor e/ou outra unidade do poder público municipal num percentual de 96,84%. Talvez, uma das hipóteses para isso, seja o fato da grande maioria dos municípios serem de porte Peq. I e não possuírem recursos para contratações externas.

Censo SUAS 2013		
Ano do levantamento da pesquisa		
2010	2	2,11%
2011	2	2,11%
2012	28	29,47%
2013	63	66,32%
Total	95	100%

Censo SUAS2013		
Como foi realizado este levantamento ou pesquisa		
Realizado pela equipe do próprio órgão gestor*	92	96,84%
Levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição	2	2,11%
O órgão gestor* contratou instituição para este fim	1	1,05%
Total	95	100%

* e/ou outra unidade do poder público municipal

Ano da realizado desta pesquisa

Esta pesquisa, demonstrou ter sido realizada recentemente, ou seja, 66,32% fizeram em 2013 e 29,47 em 2012. Os demais 4,22% fizeram entre 2010 e 2011. Esta pergunta não constou no Censo SUAS 2012.

Oferta de serviços socioassistenciais é planejada

Em 2012, um percentual de 28,07% informou que a oferta para todos os serviços socioassistenciais é planejado com base em diagnóstico territorial e 47,62% é planejado para a maior parte. Contudo, 9,27% para a menor parte e 13,78% não planeja com base neste diagnóstico. Esta pergunta não constou no Censo SUAS 2013.

Censo SUAS 2012		
A organização da oferta de serviços socioassistenciais é planejada com base em diagnóstico territorial		
Sim, para a maior parte dos serviços	190	47,62%
Sim, para todos os serviços	112	28,07%
Sim, para a menor parte dos serviços	37	9,27%
Não	55	13,78%
Não Preencheu	5	1,25%
Total	399	100%

Ações de inclusão produtiva

De acordo com o manual do Censo SUAS 2013/Gestão municipal, inclusão produtiva “inclui estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas de pequenos negócios individuais ou coletivos, que permitam a emancipação econômica autossustentada pela geração de trabalho e renda ou inserção no mercado de trabalho formal.” Os levantamentos da situação do potencial produtivo, econômico e do mercado de trabalho, permitem ao gestor planejar suas ações nesta área.

Censo SUAS				
Existe algum estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município				
Existe estudo	2012		2013	
Sim	130	32,58%	129	32,33%
Não	170	42,61%	166	41,60%
Não sabe	94	23,56%	100	25,06%
N. P.	5	1,25%	4	1%
Total	399	100%	399	100%

Comparando ambos os Censos, percebemos que a grande maioria não realizou estudo ou diagnóstico socioeconômico relacionado a inclusão produtiva nos últimos 5 anos. Apenas 32,33% realizou em 2013 e 25,06% não sabe. Se somarmos, em 2013, o percentual dos municípios que não realizam e não sabem temos um total de 66,66%. Este percentual, nos dá um

indicativo da necessidade de ampliar o debate nesta área, de forma interdisciplinar, dado a importância destas ações no processo de busca da autonomia e emancipação das famílias atendidas na assistência social.

Órgão responsável pelo diagnóstico socioeconômico

Um percentual de 18,30% dos municípios responderam que o órgão municipal responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico foi a Assistência Social, 7,02% foi o Planejamento, 1% respondeu que foi o Trabalho, 6,02% foi outro órgão e 66,67% dos municípios deixaram em branco.

Os dados indicam a necessidade de maior investimento no intuito de implantar e implementar a vigilância socioassistencial nos municípios, com equipe capacitada e exclusiva, o que demanda do município recursos financeiros e pessoal disponível.

Caso sim, qual o órgão municipal foi responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico				
Responsável	Censo 2012		Censo 2013	
Assist. Social	71	54,62%	73	56,59%
Planejamento	23	17,69%	28	21,71%
Trabalho	9	6,92%	4	3,10%
Outro órgão	27	20,77%	24	18,60%
Sub Total	130	100%	129	100%
Branco	264	66,17%	266	66,67%
N.P.	5	1,25%	4	1,00%
Total	399	100%	399	100%

Bloco 5 – A Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014-2017**Preenchimento do Censo SUAS 2013 x Preenchimento do PMAS 2014-2017**

Municípios que não preencheram o Censo SUAS 2013, mas preencheram o PMAS 2014		Vigilância Socioassistencial
Municípios	Qtde.	
Abatiá	1	
Campo Tenente	1	
Inajá	1	
Sertãoópolis	1	
Total	4	

Dos 4 municípios que não preencheram o Censo SUAS 2013, todos anexaram o PMAS 2014-2017 no Sistema Estadual do Plano Municipal, conforme tabela ao lado.

Municípios que elaboraram o PMAS, mas não preencheram no sistema estadual PMAS 2014			
No.	Municípios	ER	situação
1	Curitiba	Curitiba	Apresentou somente Resoluções ¹ . Não preencheu no sistema
2	Pitangueiras	Londrina	Apresentou somente Resolução. Não preencheu no sistema
3	Quatro Pontes	Toledo	Apresentou somente Resolução. Não preencheu no sistema
4	Turvo	Guarapuava	Apresentou somente Deliberação + PPA. Não preencheu no sistema
Total			4

¹ Resolução Aprovação PMAS + Resol. Renovação inscrição de casa Repouso.

Contudo, tivemos 4 municípios que elaboraram e aprovaram seus Planos Municipais no CMAS, uma vez que enviaram a Resolução ou Deliberação de aprovação dos referidos Planos, mas não anexaram no sistema do PMAS 2014-2017, a saber: Curitiba, Pitangueiras, Quatro Pontes e Turvo. Neste sentido, embora todos os municípios tenham elaborado e aprovado seus Planos Municipais, não foi possível fazer a análise completa dos 399 Planos Municipais (municípios), uma vez que 4 não anexaram no referido sistema.

Constituição da Vigilância no Censo SUAS 2013 e como se apresenta no PMAS

A fim de comparar os dados, neste item, as informações estão subdivididas em três partes, a saber:

Parte I – Quadros Resumo Geral: contém três quadros resumos, sendo um referente à constituição da Vigilância Socioassistencial no órgão gestor segundo o Censo SUAS 2013, o outro de como é citada a vigilância no Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017 e um referente aos municípios que não preencheram o Censo Suas 2013, mas anexaram o PMAS 2014-2017.

Parte II - Detalhamento: foram detalhadas e discriminadas os itens da Parte I, subdivididas em três tabelas distintas, as quais indicam como a Vigilância Socioassistencial é citada no PMAS 2014-2017, vinculada à constituição da Vigilância no órgão gestor, segundo o Censo SUAS 2013.

Parte III – Identificação dos Municípios: foi identificado o nome do município e separado nas tabelas por constituição da vigilância, segundo o Censo SUAS 2013. Neste item, contém: a identificação do município + a junção da constituição da vigilância + como é citado no PMAS 2014-2017.

Como o processo de elaboração do PMAS 2014-2017 pelos municípios é de autonomia dos mesmos, não houve um item específico de preenchimento para a Vigilância Socioassistencial em alguns formulários, contudo, a mesma foi citada de maneira distinta, conforme ilustra o quadro resumo na Parte I e nos quadros detalhados na Parte II.

Parte I – Quadros Resumo Geral

Referente à constituição da Vigilância Socioassistencial no órgão gestor, percebemos que a maioria, num percentual de 34,59% está constituída formalmente, seguida de 32,83% informal e 31,58% não constituída.

Quadro resumo I		
Censo SUAS 2013		
Constituição da Vigilância Socioassistencial:		
Constituída	Qtde.	%
Formalmente	138	34,59%
Informalmente	131	32,83%
Não constituída	126	31,58%
Não Preencheu ¹	4	1,00%
Total	399	100%

¹ Censo Suas 2013

No quadro resumo II, daremos destaque aos primeiros 10 colocados na lista do ranking, a saber: a grande maioria num total de 26,33% não citou, 18,99% citou como diretriz, 14,68% como meta, 9,37% como ação e estratégia, 8,10% como ação e diretriz estratégia, 3,80% como meta e ação estratégica, dos 2,78% que empataram informaram que estão em a) processo de implantação, b) diretriz e meta e c) possuem vigilância e 1,27% foi citado como objetivo.

Embora o destaque dado no cenário nacional à Vigilância Socioassistencial ainda é muito recente (LOAS/2011 e NOB/SUAS/2012), notamos que o Paraná vem, gradativamente, incorporando esta função em seu processo de gestão da assistência social, visando desta forma se adequar às normativas vigentes e assim, melhor atender sua população.

Quadro resumo II					
A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014-2017, é citada como:					
Por ordem alfabética			Por ranking		
Citada	Qtde.	%	Citada	Qtde.	%
Ação estratégica	37	9,37%	Não cita	104	26,33%
Desafio	2	0,51%	Diretriz	75	18,99%
Detalha ações da vigilância	3	0,76%	Meta	58	14,68%
Diretriz	75	18,99%	Ação estratégica	37	9,37%
Diretriz e ação estratégica	32	8,10%	Diretriz e ação estratégica	32	8,10%
Diretriz e meta	11	2,78%	Meta e ação estratégica	15	3,80%
Diretriz e objetivo	3	0,76%	Processo de implantação	11	2,78%
Diretriz e prioridade	1	0,25%	Diretriz e meta	11	2,78%
Implementação da vigilância ²	1	0,25%	Tem vigilância socioassistencial	11	2,78%
Meta	58	14,68%	Objetivo	5	1,27%
Meta e ação estratégica	15	3,80%	Objetivo e ação estratégica	5	1,27%
Meta e prioridade	2	0,51%	Objetivo e meta	3	0,76%
Não anexou o Plano, mas ³	4	1,01%	Não tem vigilância socioassistencial	4	1,01%
Não cita	104	26,33%	Não anexou o Plano, mas ³	4	1,01%
Não tem vigilância socioassistencial	4	1,01%	Diretriz e objetivo	3	0,76%
Objetivo	5	1,27%	Processo importante ¹	1	0,25%
Objetivo e ação estratégica	5	1,27%	Meta e prioridade	2	0,51%
Objetivo e meta	3	0,76%	Parte do processo de monitoramento	2	0,51%
Parte do processo de monitoramento	2	0,51%	Desafio	2	0,51%
Prioridade da rede socioassistencial	1	0,25%	Detalha ações da vigilância	3	0,76%
Processo de implantação	11	2,78%	Setor que pode monitorar o PMAS	2	0,51%
Processo importante ¹	1	0,25%	Diretriz e prioridade	1	0,25%
Setor que pode monitorar o PMAS	2	0,51%	Prioridade da rede socioassistencial	1	0,25%
Tem vigilância socioassistencial	11	2,78%	Um dos encaminhamentos	1	0,25%
Um dos encaminhamentos	1	0,25%	Uma forma de acesso as famílias	1	0,25%
Uma forma de acesso as famílias	1	0,25%	Implementação da vigilância ²	1	0,25%
Total	395	100%	Total	395	100%

¹ no diagnóstico socioterritorial

² com recursos do IGD-SUAS

³ apresentou Resolução/Deliber. de aprovação PMAS

Total Geral

Sendo assim, somando o quadro resumo II e III, teremos um total geral de: 106 (26,56%) dos municípios que não citaram a vigilância socioassistencial nos Planos Municipais, 6 (1,50%) citaram como objetivo e 2 (0,50%) como processo importante no diagnóstico socioterritorial.

Quadro resumo III		
Não preencheram o Censo SUAS 2013, mas anexaram o PMAS 2014		
Como é citada no PMAS	Qtde.	%
Não cita	1	0,25
Não cita	1	0,25
Processo importante ¹	1	0,25
Objetivo	1	0,25
Total	4	100%

¹ no diagnóstico socioterritorial

Parte II – Detalhamento

Censo SUAS/2013	PMAS 2014-2017	Total	Total
Vigilância constituída formalmente no Censo SUAS 2013	Não cita	39	28,26%
	Cita como diretriz	24	17,39%
	Cita como meta	23	16,67%
	Cita como ação estratégica	12	8,70%
	Cita como diretriz e ação estratégica	12	8,70%
	Cita como meta e ação estratégica	5	3,62%
	Tem vigilância socioassistencial	4	2,90%
	Cita como diretriz e meta	3	2,17%
	Cita como objetivo e meta	2	1,45%
	Cita como objetivo	2	1,45%
	Cita como objetivo e ação estratégica	2	1,45%
	Cita como meta e prioridade	1	0,72%
	Cita a vigilância como processo ¹	1	0,72%
	Cita como diretriz e objetivo	1	0,72%
	Cita como prioridade ²	1	0,72%
	Cita como um desafio	1	0,72%
	Cita como uma forma ³	1	0,72%
	Cita a vigilância como um setor ⁴	1	0,72%
	Consta apenas Resolução ⁵	1	0,72%
	Detalha ações da vigilância	1	0,72%
Em processo de implantação	1	0,72%	
Total	138	100%	

¹ importante no diagnóstico socioterritorial

² da rede socioassistencial

³ de acesso as famílias

⁴ que pode monitorar o PMAS

⁵ de aprovação do PMAS

Censo SUAS/2013	PMAS 2014-2017	Total	%
Vigilância não constituída	Não cita	35	27,78%
	Cita como diretriz	26	20,63%
	Cita como meta	20	15,87%
	Cita como ação estratégica	10	7,94%
	Cita como diretriz e ação estratégica	9	7,14%
	Cita como meta e ação estratégica	4	3,17%
	Tem vigilância socioassistencial	4	3,17%
	Em processo de implantação	3	2,38%
	Consta apenas Resolução ³	1	0,79%
	Consta apenas Deliberação ⁴	1	0,79%
	Cita como diretriz e meta	2	1,59%
	Cita como diretriz e objetivo	2	1,59%
	Não tem vigilância socioassistencial	2	1,59%
	Cita como meta e prioridade	1	0,79%
	Cita como objetivo	1	0,79%
	Cita como objetivo e meta	1	0,79%
	Cita como parte do processo ¹	1	0,79%
	Cita implementação da vigilância ²	1	0,79%
	Detalha ações da vigilância	2	1,59%
	Total	126	100%

¹ de monitoramento

² com recursos do IGD-SUAS

^{3 e 4} de aprovação do PMAS

Dos municípios que responderam estar com a vigilância formalmente constituída, a maioria num total de 28,26% não citou a vigilância no Plano Municipal de Assistência Social 2014 – PMAS 2014-2017.

Daqueles que citaram, a Diretriz apareceu como a categoria mais citada com 17,39%, seguidos de Meta com 16,67%. Apenas 1% detalhou ações da vigilância e 1% citou estar em processo de implantação.

Dos municípios que responderam estar com a vigilância informalmente constituída, também predominou a maioria em 22,90% que não citaram a vigilância no PMAS 2014-2017.

Na sequência, a Diretriz se destacou com 19,08%. Diferente do anterior, 5,34% citou estar em processo de implantação e nenhuma detalhou ações.

Censo SUAS/2013	PMAS 2014-2017	Total	%
Vigilância constituída informalmente	Não cita	30	22,90%
	Cita como diretriz	25	19,08%
	Cita como ação estratégica	15	11,45%
	Cita como meta	15	11,45%
	Cita como diretriz e ação estratégica	11	8,40%
	Cita como meta e ação estratégica	6	4,58%
	Em processo de implantação	7	5,34%
	Cita como diretriz e meta	6	4,58%
	Cita como diretriz e prioridade	1	0,76%
	Consta apenas Resolução ³	1	0,76%
	Cita como objetivo e ação estratégica	3	2,29%
	Tem vigilância socioassistencial	3	2,29%
	Cita como objetivo	2	1,53%
	Não tem vigilância socioassistencial	2	1,53%
	Cita a vigilância como um setor ¹	1	0,76%
	Cita como parte do processo ²	1	0,76%
	Cita como um desafio	1	0,76%
	Cita como um dos encaminhamentos	1	0,76%
Total	131	100%	

¹ que pode monitorar o PMAS

² de monitoramento

³ de aprovação do PMAS

Dos municípios que não estão com a vigilância socioassistencial constituída como subdivisão no órgão gestor, também predominou em 27,78% dos que não citaram a vigilância no PMAS 2014.

Daqueles que citaram 20,63% estão como Diretriz, seguidos de 20,63% como Meta e 1,59% detalhou ações. Um dado contraditório, foi o percentual de 3,17% de municípios que responderam Ter Vigilância no PMAS 2014-17, uma vez que no Censo SUAS 2013 informaram não ter a vigilância constituída. Outro dado a ser avaliado e nos remete as hipóteses de equívocos no preenchimento ou de interpretação conceitual, é a vigilância ter sido citada sob diversas formas no PMAS, uma vez que informaram no Censo SUAS 2013 não estar constituída. Um outro percentual de 2,38% estão em processo de implantação.

Parte II – Detalhamento (continuação)

Não preencheram o Censo SUAS 2013, mas anexaram o PMAS 2014		
A Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014-2017		
Municípios	Como é citada no PMAS	Qtde.
Abatiá	Não cita	1
Campo Tenente	Não cita	1
Inajá	Processo importante ¹	1
Sertanópolis	Objetivo	1
Total		4

¹ no diagnóstico socioterritorial

Neste sentido, os itens:

- Não cita,
- Cita como Objetivo e
- Cita como Processo importante no diagnóstico socioterritorial, aumentaram, alterando desta forma, o total geral, conforme mencionado na página 23 deste trabalho e tabela ao lado.

Comparando ao total geral, identificamos que 73,43% dos municípios do Paraná citaram a Vigilância Socioassistencial de alguma forma no Plano Municipal de Assistência Social, contudo, carecemos de detalhamentos de ações a fim de avaliarmos com mais precisão o processo de implantação e execução desta área fundamental para o aprimoramento da Política de Assistência Social.

Referente aos que não preencheram o Censo SUAS, mas preencheram o Plano Municipal, encontramos 2 municípios que não citaram a vigilância no referido Plano e dois que citaram de forma distintas, conforme tabela ao lado.

Quadro resumo - TOTAL GERAL		
A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:		
Por ranking		
Citada	Qtde.	%
Não cita	106	26,57%
Diretriz	75	18,80%
Meta	58	14,54%
Ação estratégica	37	9,27%
Diretriz e ação estratégica	32	8,02%
Meta e ação estratégica	15	3,76%
Processo de implantação	11	2,76%
Diretriz e meta	11	2,76%
Tem vigilância socioassistencial	11	2,76%
Objetivo	6	1,50%
Objetivo e ação estratégica	5	1,25%
Objetivo e meta	3	0,75%
Não tem vigilância socioassistencial	4	1,00%
Não anexou o Plano, mas ³	4	1,00%
Diretriz e objetivo	3	0,75%
Processo importante ¹	2	0,50%
Meta e prioridade	2	0,50%
Parte do processo de monitoramento	2	0,50%
Desafio	2	0,50%
Detalha ações da vigilância	3	0,75%
Setor que pode monitorar o PMAS	2	0,50%
Diretriz e prioridade	1	0,25%
Prioridade da rede socioassistencial	1	0,25%
Um dos encaminhamentos	1	0,25%
Uma forma de acesso as famílias	1	0,25%
Implementação da vigilância ²	1	0,25%
Total	399	100%

¹ no diagnóstico socioterritorial

² com recursos do IGD-SUAS

³ apresentou Resolução/Deliber. de aprovação PMAS

Parte III - Identificação dos Municípios

Vigilância Socioassistencial constituída na estrutura Formal do Órgão Gestor x PMAS 2014-2017							
No.	Município	Vigilanc. Socioas ¹ . (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:	No.	Município	Vigilanc. Socioas ¹ . (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:
1	Agudos do Sul	Sim ²	diretriz	70	Mariópolis	Sim ²	objetivo
2	Altônia	Sim ²	diretriz e detalha as ações	71	Marmeleiro	Sim ²	ação estratégica
3	Vila Alta	Sim ²	Não cita	72	Matelândia	Sim ²	Não cita
4	Amaporã	Sim ²	Não cita	73	Matinhos	Sim ²	meta
5	Ampére	Sim ²	Não cita	74	Mato Rico	Sim ²	diretriz e ação estratégica
6	Ângulo	Sim ²	meta	75	Mirador	Sim ²	Não cita
7	Arapoti	Sim ²	objetivo e meta e detalha ações	76	Missal	Sim ²	diretriz
8	Araruna	Sim ²	Não cita	77	Moreira Sales	Sim ²	meta e ação estratégica
9	Atalaia	Sim ²	meta	78	Nossa Senhora Graças	Sim ²	meta e ação estratégica
10	Barracão	Sim ²	diretriz	79	Nova Aliança do Ivaí	Sim ²	Não cita
11	Bela Vista da Caroba	Sim ²	diretriz e ação estratégica	80	Nova América da Colina	Sim ²	diretriz e meta
12	Boa Esperança	Sim ²	meta	81	Nova Cantu	Sim ²	meta
13	Boa Vista da Aparecida	Sim ²	ação estratégica	82	Nova Olímpia	Sim ²	Não cita
14	Bom Jesus do Sul	Sim ²	Não cita	83	Novo Itacolomi	Sim ²	Não cita
15	Bom Sucesso do Sul	Sim ²	objetivo e ação estratégica	84	Ouro Verde do Oeste	Sim ²	diretriz
16	Braganey	Sim ²	Não cita	85	Palmas	Sim ²	meta
17	Cafelândia	Sim ²	ação estratégica	86	Paraíso do Norte	Sim ²	ação estratégica
18	Cafetal do Sul	Sim ²	diretriz	87	Paranacity	Sim ²	Não cita
19	Campina da Lagoa	Sim ²	diretriz	88	Paranaguá	Sim ²	diretriz
20	Campina do Simão	Sim ²	diretriz	89	Paranapoema	Sim ²	Processo importante no ⁴
21	Campo Mourão	Sim ²	meta e prioridade	90	Perobal	Sim ²	diretriz e ação estratégica
22	Cantagalo	Sim ²	diretriz	91	Pinhais	Sim ²	ação estratégica
23	Cândido de Abreu	Sim ²	Não cita	92	Piraquara	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.
24	Cascavel	Sim ²	objetivo e meta	93	Pitanga	Sim ²	ação estratégica
25	Centenário do Sul	Sim ²	meta	94	Ponta Grossa	Sim ²	meta
26	Chopinzinho	Sim ²	Prioridade rede socioassistenc.	95	Porecatu	Sim ²	diretriz
27	Cidade Gaúcha	Sim ²	ação estratégica	96	Porto Barreiro	Sim ²	ação estratégica
28	Conselheiro Mairinck	Sim ²	Não cita	97	Pranchita	Sim ²	meta
29	Cruzeiro do Iguaçu	Sim ²	Não cita	98	Presidente Castelo Branco	Sim ²	meta
30	Cruzmaltina	Sim ²	Não cita	99	Quarto Centenário	Sim ²	meta e ação estratégica
31	Curitiba	Sim ²	Consta, apenas Resolução ³	100	Quatiguá	Sim ²	Não cita
32	Diamante do Sul	Sim ²	Não cita	101	Quatro Barras	Sim ²	Não cita
33	Engenheiro Beltrão	Sim ²	meta e ação estratégica	102	Querência do Norte	Sim ²	Não cita
34	Esperança Nova	Sim ²	Não cita	103	Quinta do Sol	Sim ²	meta
35	Farol	Sim ²	meta	104	Quitandinha	Sim ²	diretriz
36	Fernandes Pinheiro	Sim ²	Não cita	105	Rio Azul	Sim ²	diretriz
37	Figueira	Sim ²	Não cita	106	Rio Branco do Ivaí	Sim ²	Não cita
38	Floresta	Sim ²	meta	107	Rosário do Ivaí	Sim ²	Não cita
39	Flórida	Sim ²	diretriz e meta	108	Salgado Filho	Sim ²	diretriz e objetivo
40	Foz do Iguaçu	Sim ²	ação estratégica	109	Salto do Lontra	Sim ²	meta
41	General Carneiro	Sim ²	Não cita	110	Santa Amélia	Sim ²	Não cita
42	Godoy Moreira	Sim ²	Não cita	111	Santa Cecília do Pavão	Sim ²	diretriz e meta
43	Goioerê	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.	112	Santa Cruz Monte Castelo	Sim ²	ação estratégica
44	Goioxim	Sim ²	objetivo	113	Santa Helena	Sim ²	diretriz
45	Guairaçá	Sim ²	diretriz e ação estratégica	114	Santa Inês	Sim ²	meta e ação estratégica
46	Guaraci	Sim ²	meta	115	Santa Izabel do Oeste	Sim ²	Não cita
47	Guaraniaçu	Sim ²	ação estratégica	116	Santa Lúcia	Sim ²	diretriz
48	Guaraqueçaba	Sim ²	Não cita	117	Santa Maria do Oeste	Sim ²	diretriz e ação estratégica
49	Ibaiti	Sim ²	Processo de implantação	118	Santa Mariana	Sim ²	diretriz
50	Iguaraçu	Sim ²	objetivo e meta	119	Santa Mônica	Sim ²	Não cita
51	Iguatu	Sim ²	diretriz	120	Santo Inácio	Sim ²	Não cita
52	Inácio Martins	Sim ²	Não cita	121	São Carlos do Ivaí	Sim ²	diretriz e ação estratégica
53	Itaguajé	Sim ²	meta	122	São Jorge do Patrocínio	Sim ²	ação estratégica
54	Itaperuçu	Sim ²	diretriz	123	São Pedro do Paraná	Sim ²	diretriz e ação estratégica
55	Ivatuba	Sim ²	meta	124	São Tomé	Sim ²	Não cita
56	Jacarezinho	Sim ²	meta	125	Sapopema	Sim ²	diretriz
57	Jaguapitã	Sim ²	meta	126	Saudade do Iguaçu	Sim ²	uma forma de ⁵
58	Jandaia do Sul	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.	127	Sertaneja	Sim ²	diretriz e ação estratégica
59	Janiópolis	Sim ²	meta	128	Sulina	Sim ²	Não cita
60	Jardim Olinda	Sim ²	diretriz e ação estratégica	129	Tamboara	Sim ²	Não cita
61	Laranjal	Sim ²	diretriz	130	Terra Boa	Sim ²	diretriz
62	Lidianópolis	Sim ²	Não cita	131	Terra Rica	Sim ²	diretriz e ação estratégica
63	Loanda	Sim ²	Não cita	132	Terra Roxa	Sim ²	Não cita
64	Mallet	Sim ²	diretriz e ação estratégica	133	Toledo	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.
65	Mandaguaçu	Sim ²	meta	134	Tomazina	Sim ²	meta
66	Mandrituba	Sim ²	diretriz	135	Ubiratã	Sim ²	meta
67	Manfrinópolis	Sim ²	objetivo e ação estratégica	136	Uraí	Sim ²	um setor que pode monitorar ⁶
68	Manoel Ribas	Sim ²	desafio	137	Vera Cruz do Oeste	Sim ²	diretriz
69	Mariluz	Sim ²	diretriz	138	Xambrê	Sim ²	diretriz e ação estratégica

¹ constituída na estrutura formal como subdivisão órgão gestor² na estrutura formal³ que aprovou o PMAS⁴ diagnóstico socioterritorial⁵ acesso as famílias⁶ o PMAS

Parte III - Identificação dos Municípios

Vigilância Socioassistencial constituída de maneira informal no Órgão Gestor x PMAS 2014-2017							
No.	Município	Vigilanc. Socioas ¹ . (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:	No.	Município	Vigilanc. Socioas ¹ . (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:
1	Almirante Tamandaré	Sim ²	ação estratégica	66	Marialva	Sim ²	meta
2	Alto Piquiri	Sim ²	meta	67	Marilândia do Sul	Sim ²	Não cita
3	Anahy	Sim ²	meta e ação estratégica	68	Marilena	Sim ²	Não cita
4	Apucarana	Sim ²	meta	69	Maringá	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.
5	Arapongas	Sim ²	diretriz	70	Medianeira	Sim ²	ação estratégica
6	Assaí	Sim ²	diretriz	71	Mercedes	Sim ²	diretriz
7	Balsa Nova	Sim ²	ação estratégica	72	Morretes	Sim ²	Não cita
8	Bandeirantes	Sim ²	ação estratégica	73	Nova Esperança	Sim ²	um desafio
9	Bituruna	Sim ²	meta	74	Nova Fátima	Sim ²	diretriz e ação estratégica
10	Boa Ventura São Roque	Sim ²	diretriz	75	Nova Laranjeiras	Sim ²	meta
11	Bom Sucesso	Sim ²	ação estratégica	76	Nova Londrina	Sim ²	diretriz
12	Borrazópolis	Sim ²	Não cita	77	Nova Prata do Iguaçu	Sim ²	meta
13	Brasilândia do Sul	Sim ²	diretriz	78	Nova Tebas	Sim ²	Não cita
14	Cafeara	Sim ²	Processo de implantação	79	Ortigueira	Sim ²	diretriz
15	Cambé	Sim ²	ação estratégica	80	Paíandu	Sim ²	diretriz
16	Campina Grande do Sul	Sim ²	diretriz	81	Palmeira	Sim ²	diretriz
17	Candói	Sim ²	diretriz e prioridade	82	Palmital	Sim ²	ação estratégica
18	Capanema	Sim ²	Não cita	83	Palotina	Sim ²	meta
19	Capitão Leônidas Marques	Sim ²	diretriz	84	Pato Bragado	Sim ²	diretriz
20	Catanduvas	Sim ²	diretriz	85	Paula Freitas	Sim ²	diretriz e ação estratégica
21	Cerro Azul	Sim ²	um dos encaminhamentos	86	Peabiru	Sim ²	diretriz e meta
22	Colombo	Sim ²	objetivo	87	Pérola D' oeste	Sim ²	diretriz e meta
23	Colorado	Sim ²	Não cita	88	Piên	Sim ²	diretriz e ação estratégica
24	Corbéia	Sim ²	diretriz	89	Pinhalão	Sim ²	Em processo de implantação
25	Cornélio Procópio	Sim ²	parte do processo ³	90	Pinhão	Sim ²	diretriz e meta
26	Coronel Domingos Soares	Sim ²	Não cita	91	Planalto	Sim ²	setor que pode monitorar ⁴
27	Cruzeiro do Oeste	Sim ²	diretriz e meta	92	Porto Amazonas	Sim ²	diretriz
28	Cruzeiro do Sul	Sim ²	Não cita	93	Porto Rico	Sim ²	Não cita
29	Cruz Machado	Sim ²	objetivo	94	Quatro Pontes	Sim ²	Consta, apenas Resolução ⁵
30	Curiúva	Sim ²	Não cita	95	Quedas do Iguaçu	Sim ²	Não cita
31	Dois Vizinhos	Sim ²	meta	96	Rancho Alegre D' oeste	Sim ²	meta
32	Fazenda Rio Grande	Sim ²	Processo de implantação	97	Realeza	Sim ²	meta
33	Floraí	Sim ²	meta e ação estratégica	98	Rebouças	Sim ²	ação estratégica
34	Florestópolis	Sim ²	Não cita	99	Renascença	Sim ²	diretriz e ação estratégica
35	Formosa do Oeste	Sim ²	meta	100	Ribeirão Claro	Sim ²	Tem vigilância socioassistenc.
36	Francisco Alves	Sim ²	Não cita	101	Ribeirão do Pinhal	Sim ²	ita como iretriz
37	Guaira	Sim ²	meta e ação estratégica	102	Rio Branco do Sul	Sim ²	Não cita
38	Guapirama	Sim ²	ação estratégica	103	Roncador	Sim ²	meta
39	Guaporema	Sim ²	Não cita	104	Sabáudia	Sim ²	objetivo e ação estratégica
40	Guarapuava	Sim ²	Processo de implantação	105	Santana do Itararé	Sim ²	ação estratégica
41	Ibiporã	Sim ²	diretriz e ação estratégica	106	Santo Antônio do Caiuá	Sim ²	diretriz
42	Icaraíma	Sim ²	diretriz	107	Santo Antônio do Paraíso	Sim ²	objetivo e ação estratégica
43	Imbaú	Sim ²	Processo de implantação	108	Santo Antônio do Sudoeste	Sim ²	diretriz
44	Irati	Sim ²	ação estratégica	109	São Jerônimo da Serra	Sim ²	diretriz
45	Iretama	Sim ²	meta e ação estratégica	110	São João	Sim ²	diretriz
46	Itambaracá	Sim ²	ação estratégica	111	São João do Caiuá	Sim ²	Não cita
47	Itambé	Sim ²	meta	112	São Jorge D' oeste	Sim ²	Não cita
48	Itaúna do Sul	Sim ²	Não cita	113	São Jorge do Ivaí	Sim ²	meta
49	Ivaí	Sim ²	diretriz	114	São José da Boa Vista	Sim ²	Não cita
50	Ivaiporã	Sim ²	Não cita	115	São Manoel do Paraná	Sim ²	Não tem vigilância socioassist.
51	Jaguariaíva	Sim ²	meta e ação estratégica	116	São Mateus do Sul	Sim ²	diretriz e ação estratégica
52	Japira	Sim ²	diretriz e ação estratégica	117	São Miguel do Iguaçu	Sim ²	Não cita
53	Japurá	Sim ²	Não cita	118	Sengés	Sim ²	diretriz
54	Jardim Alegre	Sim ²	Não cita	119	Serranópolis do Iguaçu	Sim ²	Não cita
55	Jesuítas	Sim ²	meta	120	Siqueira Campos	Sim ²	diretriz
56	Juranda	Sim ²	diretriz e ação estratégica	121	Tapira	Sim ²	Não cita
57	Jussara	Sim ²	objetivo e ação estratégica	122	Teixeira Soares	Sim ²	Não tem vigilância socioassist.
58	Kaloré	Sim ²	diretriz e ação estratégica	123	Telêmaco Borba	Sim ²	diretriz e meta
59	Lapa	Sim ²	diretriz e ação estratégica	124	Tuneiras do Oeste	Sim ²	Tem vigilância socioassist.
60	Leópolis	Sim ²	meta e ação estratégica	125	Umuarama	Sim ²	diretriz e meta
61	Lobato	Sim ²	Processo de implantação	126	União da Vitória	Sim ²	Não cita
62	Londrina	Sim ²	Processo de implantação	127	Uniflor	Sim ²	ação estratégica
63	Lupionópolis	Sim ²	Não cita	128	Ventania	Sim ²	Não cita
64	Mamborê	Sim ²	ação estratégica	129	Verê	Sim ²	diretriz
65	Mangueirinha	Sim ²	diretriz e ação estratégica	130	Doutor Ulysses	Sim ²	Não cita
				131	Vitorino	Sim ²	ação estratégica

¹ constituída de maneira informal como subdivisão órgão gestor

² de maneira informal

³ De monitoramento

⁴ o PMAS

⁵ que aprovou o PMAS

Parte III - Identificação dos Municípios

Vigilância Socioassistencial Não constituída no Órgão Gestor x PMAS 2014-2017							
No.	Município	Vigilanc. Socioas¹ (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:	No.	Município	Vigilanc. Socioas¹ (Censo 2013)	A Vigilância Socioassistencial no Plano Municipal 2014, é citada como:
1	Adrianópolis	Não ²	meta	64	Lindoeste	Não ²	Não cita
2	Altamira do Paraná	Não ²	meta	65	Luiziana	Não ²	diretriz e ação estratégica
3	Alto Paraná	Não ²	ita como meta	66	Lunardelli	Não ²	diretriz
4	Alvorada do Sul	Não ²	Não cita	67	Mandaguari	Não ²	diretriz
5	Andirá	Não ²	diretriz	68	Marechal Cândido Rondon	Não ²	diretriz e ação estratégica
6	Antonina	Não ²	Não cita	69	Maria Helena	Não ²	diretriz e ação estratégica
7	Antônio Olinto	Não ²	ação estratégica	70	Maripá	Não ²	Não cita
8	Arapuã	Não ²	diretriz	71	Marquinho	Não ²	meta
9	Araucária	Não ²	Não cita	72	Marumbi	Não ²	Não cita
10	Ariranha do Ivaí	Não ²	Não cita	73	Mauá da Serra	Não ²	diretriz
11	Assis Chateaubriand	Não ²	meta	74	Miraselva	Não ²	Não cita
12	Astorga	Não ²	meta	75	Munhoz de Melo	Não ²	Não cita
13	Barbosa Ferraz	Não ²	meta	76	Nova Aurora	Não ²	objetivo e meta
14	Barra do Jacaré	Não ²	meta	77	Nova Esperança Sudoeste	Não ²	Não cita
15	Bela Vista do Paraíso	Não ²	meta	78	Nova Santa Bárbara	Não ²	meta
16	Boa Esperança Iguaçu	Não ²	ação estratégica	79	Nova Santa Rosa	Não ²	diretriz e ação estratégica
17	Bocaiúva do Sul	Não ²	diretriz	80	Ourizona	Não ²	meta
18	Califórnia	Não ²	meta e ação estratégica	81	Paranavaí	Não ²	diretriz e meta
19	Cambará	Não ²	diretriz	82	Pato Branco	Não ²	Detalha ações da vigilância
20	Cambira	Não ²	Não tem vigilância socioassist.	83	Paulo Frontin	Não ²	meta
21	Campo Bonito	Não ²	ação estratégica	84	Pérola	Não ²	meta
22	Campo Largo	Não ²	Processo de implantação	85	Pinhal de São Bento	Não ²	objetivo
23	Campo Magro	Não ²	diretriz	86	Pirai do Sul	Não ²	ação estratégica
24	Carambeí	Não ²	diretriz e objetivo	87	Pitangueiras	Não ²	Consta, apenas Resolução ³
25	Carlópolis	Não ²	Tem vigilância socioassist.	88	Planaltina do Paraná	Não ²	diretriz
26	Castro	Não ²	Não cita	89	Pontal do Paraná	Não ²	diretriz
27	Céu Azul	Não ²	ação estratégica	90	Porto Vitória	Não ²	meta
28	Cianorte	Não ²	diretriz	91	Prado Ferreira	Não ²	Não cita
29	Clevelândia	Não ²	Não cita	92	Primeiro de Maio	Não ²	meta
30	Congonhinhas	Não ²	diretriz e meta	93	Prudentópolis	Não ²	meta e ação estratégica
31	Contenda	Não ²	meta	94	Ramilândia	Não ²	diretriz
32	Coronel Vivida	Não ²	Não cita	95	Rancho Alegre	Não ²	diretriz e objetivo
33	Corumbataí do Sul	Não ²	meta e prioridade	96	Reserva	Não ²	Não cita
34	Diamante do Norte	Não ²	Não cita	97	Reserva do Iguaçu	Não ²	diretriz
35	Diamante D' oeste	Não ²	Não cita	98	Rio Bom	Não ²	implementação da vigilância ⁴
36	Douradina	Não ²	Não cita	99	Rio Bonito do Iguaçu	Não ²	Não cita
37	Doutor Camargo	Não ²	diretriz	100	Rio Negro	Não ²	meta
38	Enéas Marques	Não ²	Processo de monitoramento	101	Rolândia	Não ²	Não cita
39	Entre Rios do Oeste	Não ²	Não cita	102	Rondon	Não ²	Não cita
40	Espigão Alto do Iguaçu	Não ²	Processo de implantação	103	Salto do Itararé	Não ²	Não cita
41	Faxinal	Não ²	diretriz	104	Santa fé	Não ²	Processo de implantação
42	Fênix	Não ²	meta	105	Santa Isabel do Ivaí	Não ²	Não cita
43	Flor da Serra do Sul	Não ²	diretriz e ação estratégica	106	Santa Tereza do Oeste	Não ²	ação estratégica
44	Francisco Beltrão	Não ²	Tem vigilância socioassist.	107	Santa Terezinha Itaipu	Não ²	ação estratégica
45	Foz do Jordão	Não ²	diretriz	108	Santo Antônio Platina	Não ²	Não cita
46	Grandes Rios	Não ²	Não cita	109	São João do Ivaí	Não ²	diretriz e ação estratégica
47	Guamiranga	Não ²	diretriz e ação estratégica	110	São João do Triunfo	Não ²	Não cita
48	Guaratuba	Não ²	Tem vigilância socioassist.	111	São José Das Palmeiras	Não ²	Não cita
49	Honório Serpa	Não ²	diretriz	112	São José Dos Pinhais	Não ²	Não cita
50	Ibema	Não ²	ação estratégica	113	São Pedro do Iguaçu	Não ²	diretriz e ação estratégica
51	Imbituva	Não ²	meta e ação estratégica	114	São Pedro do Ivaí	Não ²	Tem vigilância socioassist.
52	Indianópolis	Não ²	diretriz	115	São Sebastião Amoreira	Não ²	diretriz
53	Ipiranga	Não ²	Não cita	116	Sarandi	Não ²	Não cita
54	Iporã	Não ²	diretriz e ação estratégica	117	Tamarana	Não ²	diretriz
55	Iracema do Oeste	Não ²	Não cita	118	Tapejara	Não ²	ação estratégica
56	Itaipulândia	Não ²	ação estratégica	119	Tibagi	Não ²	diretriz
57	Itapejara D' oeste	Não ²	Não cita	120	Tijucas do Sul	Não ²	diretriz
58	Ivaté	Não ²	diretriz	121	Três Barras do Paraná	Não ²	Não cita
59	Jaboti	Não ²	diretriz	122	Tunas do Paraná	Não ²	meta
60	Jataizinho	Não ²	meta e ação estratégica	123	Tupãssi	Não ²	diretriz
61	Joaquim Távora	Não ²	Não cita	124	Turvo	Não ²	Consta, apenas Deliberação ⁵
62	Jundiá do Sul	Não ²	diretriz	125	Wenceslau Braz	Não ²	Não tem vigilância socioassist.
63	Laranjeiras do Sul	Não ²	Detalha ações da vigilância	126	Virmond	Não ²	meta

¹ Não constituída como subdivisão no órgão gestor² Não constituída³ e ⁵ que aprovou o PMAS⁴ com recursos do IGD-SUAS

Considerações Finais

A implantação da Vigilância Socioassistencial é uma determinação da NOB/SUAS/2012, conforme previsto em seu art. 90 e do Pacto de Aprimoramento 2014-2017, o qual prevê para os municípios de todos os portes, a estruturação em 100% das Secretarias Municipais de Assistência Social - SMAS com formalização de áreas essenciais, com competência da Vigilância Socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial é considerada de extrema importância para a qualificação da gestão pública, um vez que produz, constantemente, estudos acerca das demandas e ofertas de serviços nos municípios, norteando o planejamento, a gestão e execução dos serviços socioassistenciais.

O propósito deste estudo técnico foi apresentar os dados do Censo SUAS 2012/2013 e do PMAS 2014-2017, referentes à Vigilância Socioassistencial no Paraná, com o intuito de mapear e divulgar os dados para auxiliar no processo de análise, reflexão e planejamento das ações acerca da implantação e execução da Vigilância Socioassistencial nos municípios.

Destacamos que o presente estudo agrega importante contribuição acerca da execução e funcionamento da área de Vigilância Socioassistencial.

Neste sentido, teceremos abaixo os desafios e avanços da Vigilância Socioassistencial, identificados no decorrer deste trabalho.

Desafios

Considerando que a necessidade de implantação, implementação, execução, aprimoramento e funcionamento na área de Vigilância Socioassistencial é um processo em construção coletiva, encontramos neste estudo técnico, comparativo, alguns desafios a serem superados, a saber:

A necessidade do correto e completo preenchimento do Censo, a fim de evitar incoerências de informações, a exemplo da caracterização do órgão gestor e as áreas de subordinação da assistência social, indicando a hipótese de equívocos no preenchimento ou ainda, na concepção das áreas ligadas ao organograma e estrutura do órgão gestor.

Embora avaliado separadamente, o predomínio dos municípios que constituíram formalmente a Vigilância Socioassistencial se destacou em 34,59%, se juntarmos os percentuais daqueles que estão atuando de maneira informal ou ainda não constituíram formalmente, teremos uma soma de 64,41% de municípios que precisam adequar ou formalizar a área de Vigilância Socioassistencial no órgão gestor.

Na composição das equipes técnicas que operam na Vigilância Socioassistencial o

número de municípios que responderam não possuir profissionais exclusivos para vigilância socioassistencial é a maioria, num total de 85,46%.

Acerca da composição da equipe responsável pela área da Vigilância Socioassistencial, ainda temos um longo caminho a percorrer, uma vez que apenas 7,52% dos municípios estão com equipe exclusiva. Segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Sociassistencial é importante que exista uma equipe específica designada para o trabalho da Vigilância:

“O ideal é que exista uma equipe específica e permanente, uma vez que a Vigilância demanda um processo de construção de conhecimento, o que não é possível quando a equipe é muito fluída” (BRASIL, s/d, p.40).

Sendo assim, vê-se a necessidade de avanços na composição da equipe, uma vez que dos municípios que possuem a Vigilância Socioassistencial constituída formalmente no órgão gestor, ainda é pequena a existência de equipe exclusiva para a execução do trabalho.

Um percentual de 62,16% dos municípios não realizaram capacitação sobre a vigilância. Essa dado mostra a necessidade da discussão acerca da Vigilância Socioassistencial, tendo em vista a sua importância para a Gestão da Política da Assistência Social.

No Censo SUAS 2013, um percentual alto de 73,43% de municípios deixaram em branco a questão referente à existência de conteúdo acerca das Funções da Assistência Social na Lei municipal que regulamenta o SUAS. Podemos conjecturar como uma das hipóteses para este alto percentual a dificuldade de compreensão acerca da concepção da Vigilância enquanto função da Assistência Social e de sua importância para a gestão da política, bem como a possibilidade de não haver na Lei Municipal a Vigilância especificada como Função, dado a inclusão recente na legislação. Daqueles que responderam, apenas 16% responderam ter este conteúdo e 9,52% não está contemplado na Lei.

No Censo SUAS 2012, um percentual de 54,64% municípios informou não manter registro centralizado. Estes dados nos indicam a necessidade de avançar nos sistemas de registro, a fim de subsidiar a gestão da Política da Assistência Social no Estado, bem como no papel da vigilância socioassistencial quanto à produção e análise de informações referentes às situações de vulnerabilidade e risco sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos.

Outro dado que merece atenção dos órgãos gestores se refere ao percentual de 75,19% dos municípios que informaram não possuir pesquisa ou levantamento que aponte o número de pessoas em situação de rua no município.

Embora o Paraná ainda se mantenha acima da média nacional, o estado tem o desafio de instrumentalizar os gestores e equipes técnicas municipais na área de Vigilância Socioassistencial, a fim de atingir percentuais mais altos na implantação, implementação e execução desta importante função da assistência social, bem como alcançar resultados que impactem positivamente na melhoria da gestão e oferta dos serviços socioassistenciais.

Ainda que o estado do Paraná encontre-se num processo de construção contínua e crescente na área de Vigilância Socioassistencial, outro item a destacar como desafio é o alinhamento conceitual e metodológico desta importante função que tem papel fundamental na gestão e planejamento das ações da Política de Assistência Social, uma vez que a implantação e debate acerca da Vigilância Socioassistencial é muito recente no País.

Conquanto, num primeiro momento, o total de 73,43% dos municípios do Paraná citarem a Vigilância Socioassistencial de alguma forma no Plano Municipal de Assistência Social demonstre um avanço, por outro lado, carecemos de detalhamentos de ações a fim de avaliarmos com precisão o processo de implantação e execução desta área fundamental para o planejamento e aprimoramento da Política de Assistência Social.

Comparando os dados dos Planos Municipais de Assistência Social 2014 – PMAS 2014-2017 com o Censo SUAS, percebemos possíveis equívocos no preenchimento ou interpretação conceitual equivocada nos 31,58% municípios que informaram no Censo SUAS 2013 não ter Vigilância Socioassistencial constituída e no PMAS 2014 citaram sob diversas formas, bem como 4 municípios, ou seja, 3% do total acima, informaram Ter a Vigilância Socioassistencial e 1% ainda detalhou ações.

O equívoco apontado no parágrafo anterior, também ocorreu nos 138 municípios que citaram no Censo SUAS 2013 ter a Vigilância Socioassistencial constituída formalmente. Destes 40 municípios, 29%, não citaram em momento algum a vigilância no PMAS 2014-2017 e 1% informou estar em processo de implantação.

Tais equívocos, nos remetem à necessidade de aprimoramento conceitual e metodológico acerca da Vigilância Socioassistencial e da necessidade de ações voltadas à capacitações nos municípios, a fim de dirimir estes possíveis equívocos e elevar os patamares do Estado do Paraná. Por outro lado, podemos conjecturar que desde a elaboração do Plano Municipal 2014-2017 a Vigilância Socioassistencial nos municípios já tenha avançado quando do período de preenchimento do Censo SUAS 2013 o qual refere-se ao ano de referência de 2012 e talvez, devido a esta hipótese encontramos estas possíveis contradições. Em ambos os caso, vale uma pesquisa mais apurada a fim de levantar a real situação da Vigilância Socioassistencial nestes municípios.

Avanços

Os resultados do Censo SUAS também nos mostram que a área de Vigilância Socioassistencial vem avançando gradativamente, em sua trajetória, os quais merecem o referido destaque, a saber:

Algumas atividades relativas à Vigilância Socioassistencial no estado do Paraná apresentaram um adiantamento em relação à média dos estados do Brasil. Essas atividades se referem ao desenvolvimento de sistemas de informação, coordenação, acompanhamento e apoio técnico dos técnicos da SEDS quanto à gestão e preenchimento dos instrumentos de gestão e da vigilância socioassistencial, a exemplo: Censo SUAS, CadSUAS, Plano Municipal, Plano de Ação, Demonstrativo e outros, bem como realizada a análise destes instrumentos no intuito de gerenciar as ações da Assistência Social.

Relativo à constituição da Vigilância Socioassistencial no órgão gestor, o predomínio em 2013, foi para os municípios que já constituíram a Vigilância Socioassistencial formalmente, num total de 34,59%, superando a média nacional de 33,33%

Referente à estrutura administrativa, no Censo SUAS realizado em 2013 os dados mostraram que 88,72% dos municípios do estado possui uma secretaria exclusiva destinada à gestão da Política da Assistência Social. Comparando os Censos SUAS dos anos 2012 e 2013, nota-se um pequeno aumento em 2013, relacionado a esse quesito. Desse modo, é possível perceber que na maioria dos municípios o órgão gestor caracteriza-se por uma Secretaria Exclusiva. Embora o aumento de um ano para outro tenha sido pequeno, ele representa um avanço gradativo da estrutura administrativa da Política da Assistência Social no âmbito do estado.

A constituição do órgão gestor obteve alguns avanços em 2013 na conquista de maior autonomia, uma vez que diminuiu o órgão gestor caracterizado como fundação pública e aumentou em 3,01% as secretarias municipais exclusivas de assistência social, com recursos próprios no orçamento a fim de melhor executar as ações da Política de Assistência Social.

Em relação às subdivisões no órgão gestor observa-se na comparação entre os Censos de 2012 e 2013, que os percentuais referentes à constituição de subdivisões administrativas na estrutura formal do órgão gestor, na área Vigilância Socioassistencial, aumentaram em 6,02% no ano de 2013, diminuindo assim, o percentual das subdivisões da Vigilância constituídas informalmente ou não constituídas.

No que concerne às capacitações realizadas sobre os temas voltados à Vigilância Socioassistencial, podem ser observados alguns avanços, já que em 2013, foram realizadas capacitações em 70 municípios, o que representou um aumento de 2% se comparado ao percentual de capacitações com os mesmos temas no Censo SUAS 2012.

Na composição das equipes técnicas, temos um total de 157 profissionais no estado que atuam com a Vigilância Socioassistencial, dos quais a maioria possui a escolaridade de nível superior, demonstrando assim, que os municípios estão atentos às recomendações contidas nas Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.

Um avanço considerável, ao compararmos os dados dos Planos Municipais de Assistência Social 2014 – PMAS 2014-2017 com o Censo SUAS é a elaboração de 100% dos Planos Municipais, bem como sua aprovação nos Conselhos Municipais.

Mesmo com o desafio de aprofundarmos esta análise, podemos considerar como avanço o percentual de 73,43% dos 399 municípios citarem a Vigilância Socioassistencial de alguma forma no PMAS 2014-2017, bem como a Diretriz, Meta e Ação estratégica, nesta ordem, terem sido citadas entre as três primeiras colocadas no referido Plano.

Se juntarmos os 395 municípios que informaram no Censo SUAS 2013, terem a Vigilância Socioassistencial constituída formal e informalmente e subtrairmos¹¹ destes, os municípios que não citaram a Vigilância Socioassistencial no PMAS 2014-2017, ainda assim, teremos um percentual de 50,63% dos municípios que de uma forma ou outra citaram a Vigilância Socioassistencial no referido Plano. Este dado indica que os municípios do PR vêm gradativamente incluindo a Vigilância Socioassistencial em seu planejamento e ações.

Frente aos dados encontrados, os quais encontram-se disponíveis no site do MDS no link: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20/resultado-censo-suas-2012> – Banco de Dados 2012 e da Rede Suas/MDS, no link: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474> – Resultados Censo SUAS 2013, cabe aos Gestores, Conselheiros de Assistência Social e Trabalhadores do SUAS a relevante tarefa de se lançarem ao debate e planejamento de ações que venham corroborar para a diminuição ou erradicação dos desafios a serem superados neste processo de implementação efetiva e o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial no estado do Paraná.

Curitiba, PR. 16 de Janeiro de 2015

Atenciosamente,

Coordenação da Gestão do SUAS¹²

11 Memória de cálculo: $138 - 39 = 99$
 $131 - 30 = 101$ } 200 = 50,63%

12 Coordenadora: Tatiana Possa

Elaboração: Tatiani Macarini – Assistente Social - Vigilância Socioassistencial CGS

Incluindo cálculos, criação de gráficos, tabelas, capa e diagramação

Colaboração: Andriele Caroline de Lima Litenski - Psicóloga - Residente Técnica CGS

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do /desenvolvimento Social. **CENSO SUAS 2013. Manual de Gestão Municipal. Secretarias Municipais de Assistência Social (atualizado em 06/11/2013)**. Brasília, 2013. 53 pág.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, s/d. 60 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. CapacitaSUAS, Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. 1ºed. Brasília: MDS/PUC-SP, 2013. 124 p.

Legislação:

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ALTERADA PELA Lei 12.435 de 06 de julho de 2011.

BRASIL. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS.

BRASIL. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

BRASIL. **Resolução 109, de 11 de novembro de 2008**. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

BRASIL. **Lei 7.596 de 10.04.1987**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e dá outras providências que dispõe sobre a organização da Administração Federal. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7596.htm. Acessado em 10.12.2014

Web Site:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Resultado do Censo SUAS 2012 – Banco de Dados 2012**. Brasília. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20resultado-censo-suas-2012> . Acessado em 13/06/2014

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Rede SUAS. Resultados do Censo SUAS 2013**. Brasília. Disponível em <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474>. Acessado em 16/06/2014

BRASIL. Wikipédia. **Administração Indireta**. Brasília. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Administra%C3%A7%C3%A3o_indireta. Acessado em 10.12.2014